



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE**



ASTRID PANTOJA DAS NEVES MATOS

**ÉTICA, EDUCAÇÃO E CIDADANIA NA PRÁTICA DE PROFESSORES DE 4º E 5º
ANOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Campo Grande/MS
2022

ASTRID PANTOJA DAS NEVES MATOS

**ÉTICA, EDUCAÇÃO E CIDADANIA NA PRÁTICA DE PROFESSORES DE 4º E 5º
ANO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Educação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Sales.

Campo Grande/MS
2022

M381e Matos, Astrid Pantoja das Neves

Ética, educação e cidadania na prática dos professores de 4º e 5º anos da educação básica / Astrid Pantoja das Neves Matos.
– Campo Grande, MS: UEMS, 2022.
67 p.

Dissertação (Mestrado Profissional) – Educação –
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2022.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Sales

1. Formação de professores. 2. Ética prática. 3. Educação básica I. Sales, Antonio II. Título

CDD 23. ed. - 370.71

ASTRID PANTOJA DAS NEVES MATOS

ÉTICA, EDUCAÇÃO E CIDADANIA NA PRÁTICA DE PROFESSORES DE 4º E 5º ANO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande – MS, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação. Área de concentração: Formação de Educadores.

Aprovada em: 29/09/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Sales (Orientador)

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Prof.(a) Dr.(a) Patricia Alves Carvalho (Titular)

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Prof.(a) Dr.(a) Leda Marcia de Araújo Bento (Titular externo)

Universidade Anhanguera-Uniderp

Dedico esse trabalho a todos que, de alguma forma, me ajudaram, incentivaram-me e acreditaram em mim.

Em especial ao meu marido Ayrton, que esteve ao meu lado, em todos os momentos, e aos meus filhos Ayrton Neto, Guilherme e Lucas, principalmente ao meu neto Matteo dando-me força e coragem para prosseguir, e pela compreensão da minha ausência em muitos momentos familiares.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por minha vida, por estar sempre ao meu lado iluminando meus caminhos, fortalecendo minha fé, nos momentos mais difíceis enfrentados, sem fraquejar ou desanimar.

Ao meu orientador, professor Antonio Sales, que tenho muito carinho pela sua empatia e sensibilidade, pelo seu profissionalismo diante das dificuldades. Agradeço pelos ensinamentos, conselhos, parceria, disponibilidade, ética, dedicação e paciência. Um professor exemplar em suas convicções, tenho muito orgulho de tê-lo como orientador, pela sua dedicação ao trabalho de pesquisa acadêmica, e preocupação com as pessoas. Enfim agradeço por esse privilégio e oportunidade de conviver com um professor ético que me ensinou muito.

Aos professores da UEMS, pela contribuição no meu processo de aprendizagem acadêmica.

Aos meus colegas de Mestrado, mesmo à distância, devido a pandemia do Covid 19 sempre presentes em todos os momentos de dúvidas e fraquezas, estimulando uns aos outros com palavras de conforto, coragem e alegria.

Aos meus familiares e amigos, que me encorajaram em todos os momentos difíceis que envolveram a minha saúde, pois eles são os amores da minha vida.

Aos professores participantes desta dissertação, que se dedicaram para contribuir com este trabalho de pesquisa.

Gratidão!

*“É o sinal de uma mente educada ser capaz de
entender um pensamento sem aceita-lo.”*

(ARISTÓTELES).

RESUMO

Esta dissertação analisou a ética, a educação e a cidadania, presentes na prática de professores da Educação Básica do quarto e quinto anos do Ensino Fundamental Anos Iniciais do município de Campo Grande – MS. A pesquisa investigou o fazer pedagógico dos docentes com uso do discurso para conhecimento sobre sua percepção de ética e cidadania. O objetivo geral do estudo foi analisar o que os professores entendem como ética no contexto escolar. Como objetivo acessório foi investigado como trabalhar a ética e a cidadania nos anos iniciais da Educação Básica, com a finalidade de instrumentalizar o aluno para um agir responsável perante as exigências da vida em sociedade. Esta pesquisa foi desenvolvida a partir das orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais e da Base Nacional Comum Curricular, sendo que esta última traz a ética como um tema transversal. Como metodologia, foi adotada como base a análise fenomenológica, em um estudo qualitativo, exploratório e descritivo apoiado na análise dos discursos de professores em suas respostas a um questionamento enviado por e-mail. Os resultados obtidos indicaram que os docentes encontram dificuldades para relacionar a ética a seu fazer pedagógico e que, mesmo com auxílio oferecido pelos documentos oficiais sobre os temas transversais, permanecem muitas dúvidas sobre como trabalhar estes temas em sala de aula e no ambiente escolar. Concluiu-se que ainda que a ética seja contemplada como elemento da cidadania e presença fundamental na educação, existe uma carência de orientações para uma aplicação intencional, reconhecida e significativa no fazer docente no 4º e 5º ano da Educação Básica.

Palavras-chave: Formação de Professores. Ética Prática. Educação Básica

ABSTRACT

This dissertation analyzed ethics, education, and citizenship, present in the practice of teachers of Basic Education of the fourth and fifth years of Elementary School Early Years of the municipality of Campo Grande - MS. The research investigated the pedagogical practice of teachers using discourse to know about their perception of ethics and citizenship. The general objective of the study was to analyze what teachers understand as ethics in the school context. As an accessory objective, it was investigated how to work ethics and citizenship in the initial years of Basic Education, with the purpose of instrumentalizing the student to act responsibly before the demands of life in society. This research was developed based on the guidelines of the National Curriculum Parameters and the National Common Curriculum Base, the latter of which brings ethics as a cross-sectional theme. As a methodology, the phenomenological analysis was adopted as a basis, in a qualitative, exploratory, and descriptive study based on the analysis of teachers' discourses in their responses to a question sent by e-mail. The results indicated that teachers find it difficult to relate ethics to their pedagogical practice and that, even with the help offered by the official documents on the cross-cutting themes, many doubts remain about how to work these themes in the classroom and in the school environment. It was concluded that even though ethics is contemplated as an element of citizenship and fundamental presence in education, there is a lack of guidance for an intentional, recognized, and significant application in teaching in the 4th and 5th year of Basic Education.

Keywords: Teacher training. Practical ethics. Basic education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Literatura analisada	15
Quadro 2 - Síntese das respostas dos participantes que participaram da pesquisa	50
Quadro 3 – Ações e respectivas cargas horárias	63
Quadro 4 – Cronograma de ações	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC:	Base Nacional Comum Curricular
CEP:	Comitê de Ética em Pesquisa
GEFEM:	Gerência do Ensino Fundamental e Ensino Médio
LDBEN:	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
OMS:	Organização Mundial de Saúde
PCN:	Parâmetros Curriculares Nacionais
PPP:	Projeto(s) Político(s) Pedagógico(s)
RE:	Regimento(s) Escolar(es)
REME:	Rede Municipal de Ensino
SciELO:	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SEMED:	Secretaria de Educação
SENAC:	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
TCLE:	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UEMS:	Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO - CONCEITO DE ÉTICA, EDUCAÇÃO E CIDADANIA E SUA PRESENÇA NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	19
1.1.1 Ética e docência.....	24
1.2 Educação.....	27
1.3 Cidadania	30
1.4 Relação entre ética, educação e cidadania.....	33
CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA	36
CAPÍTULO 3 - ANÁLISE E DISCUSSÃO	41
3.1 Participante 1	42
3.2 Participante 2	43
3.3 Participante 3	44
3.4 Participante 4	44
3.5 Participante 5	45
3.6 Participante 6	46
3.7 Participante 7	47
3.8 Participante 8	48
3.9 Participante 9	48
3.10 Participantes 10.....	49
4 SÍNTESE DAS RESPOSTAS	50
4.1 Participantes – Moral x Ética	51
4.2 Participantes – Éticas nas escolas.....	52
4.3 Participantes – Atuação do professor	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS.....	54
APÊNDICE A – Projeto de Intervenção	60

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa analisou as percepções de ética, educação e cidadania presentes no fazer pedagógico de professores da educação básica pública. Conforme a filosofia socrática, a moral, a educação e o conhecimento de uma sociedade refletem no comportamento humano e em sua complexidade. Influenciam, ainda, na compreensão do outro e na análise das atitudes. Todo esse processo descrito por Sócrates ocorre na consideração da fragilidade do ser pensante que busca o autoexame.

A ética é o princípio de estudo da conduta moral dos homens em sociedade, o estudo de um modo diferenciado e comportamento humano. Como conhecimento científico, a ética deve “[...] aspirar à racionalidade e a objetividade mais completa e, ao mesmo tempo, deve proporcionar conhecimentos sistemáticos, metódicos e, no limite do possível, comprováveis” (VAZQUES, 2003, p. 23).

A busca por uma solução de problemas baseada na ética não significa que ela tenha respostas a todos os comportamentos humanos e situações concretas, pois a resolução é individual. Contudo, na presença de um problema prático-moral, a ética indica regras de reflexão sobre comportamentos. Pela generalização, ela elabora princípios para que o indivíduo atue dentro de seus padrões (VAZQUES, 2003).

A educação é demandada a auxiliar na preparação moral e ética dos alunos, formando cidadãos capazes de refletir sobre ações individuais e coletivas relevantes. Existiriam diferentes “[...] características individuais, além de sociais e ambientais, que concorrem para moldar a personalidade ou definir comportamentos, sobretudo a qualidade dos relacionamentos humanos” (BENEDETTI; URT, 2008, p. 142).

Vazques (2003) defende que a ética é tema central de preocupação e discussão coletiva, que embasa reflexões sobre o bem e o mal, justiça e injustiça, certo e errado. A moral, por sua vez, refere-se às ações individuais e condutas no mundo. Trata-se de um “[...] comportamento pautado por normas, em que consiste o bem visado pelo comportamento moral, do qual faz parte o procedimento do indivíduo concreto ou de todos” (p. 17).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) apresentam educacionalmente o conceito filosófico contemporâneo de ética, como instrumento que traz à luz a discussão sobre liberdade de escolha. Assim, ela interrogaria “[...] sobre a legitimidade de práticas e valores consagrados pela tradição e pelo costume. Abrange tanto a crítica das relações entre os grupos nas instituições e perante elas, quanto a dimensão das ações pessoais” (BRASIL, 1997, p. 29–30).

A partir dessas reflexões emerge a importância da análise proposta nesta dissertação, que busca identificar compreensões de ética, cidadania e sua correlação com a educação. Esse movimento de análise é feito sobre a prática docente, em busca da reflexão sobre o envolvimento dos educadores com a educação e suas finalidades.

Durante a 2.^a Jornada Catarinense de Tecnologia Educacional, promovida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o papel docente na promoção da ética foi destacado por Moretto:

A atuação do professor tende a ser focada na ética profissional buscando sempre respeitar os seus semelhantes, no manejo de suas funções, tendo por base o respeito. A competência do profissional resulta dos valores trabalhados em grupos, da permanente inovação das atribuições dos seus conteúdos, da responsabilidade de propósitos na educação e da avaliação eficiente e eficaz dos alunos. Assim, podemos afirmar que educar é o papel principal para ter uma atitude ética frente as consequências para a vida dos educandos (MORETTO, 2000, n.p.).

Existe relevância social na discussão da relação entre a ética e as escolas, e de como ela é aplicada e distribuída na rotina dos educandos. Essa importância surge da demanda coletiva de uma ética capaz de ser “[...] confrontada com a diversidade de uma vida comum sem renunciar nunca de si mesma [...]. Trata-se, pois, de uma nova configuração ética política [...] uma ética que está consolidada, assim sua ligação intensa com a educação” (KRAMER, 1993 *apud* RAMPINELI, 2007, p. 170).

Ocorre a busca por uma ética que pensante e aplicável à diversidade da vida, no cotidiano do sujeito comum e que, na educação, envolve as emoções no ato de ensinar. Descrito dessa forma, este conceito abre portas para uma educação que cuida do indivíduo e de sua formação por inteiro. Os elementos e valores repassados no contexto da formação dessa ética se ligam ao futuro político da sociedade e potencial transformador da educação nos pensamentos e na nação. Dessa forma, um professor que se reinventa todos os dias supera, com menor dificuldade, os obstáculos do fazer docente, pois aprende como transitar entre os diferentes e se relacionar eticamente com eles. Essa ética foi descrita por Boff como aquela que oferece a:

[...] cooperação de todos com todos funda uma nova ótica que, por sua vez, origina uma nova ética de convivência, cooperação, sinergia, solidariedade, de cuidado de uns com os outros e de comunhão de todos com todos e com a Terra, com a natureza e com seus ecossistemas. A partir desta ética nós nos contemos, submetemo-nos a restrições e valorizamos as renúncias em função dos outros e do todo (BOFF, 2011, p. 6).

Na esteira desse pensamento ético está a cidadania, sobre a qual “[...] parece haver um consenso de que a sua conquista implica o conhecimento de direitos e deveres por meio de uma sólida educação escolar básica” (RIBEIRO, 2002, p. 115). Puig (2003) complementa este conceito quando afirma que a educação para a cidadania envolve a instrução e a formação de um cidadão participativo. Esse educar seria uma via para a pessoa integrar a vida pública, exercer seus direitos e liberdades e se interessar pelo bem comum de seu meio. Todas essas atitudes são tomadas a partir do diálogo e de uma vida conduzida segundo normas e valores sociais.

Ética, educação e cidadania, como tríade, são termos que acolhem e abrem à análise as consequências futuras dos atos, bem como auxilia a uma postura consciente que acolhe a moral e as regras sociais. A sua presença nas escolas é fundamental para que seja conhecida pela geração atual de alunos que, assim como as anteriores, necessita de bons exemplos. Contudo, esse repasse ocorre dentro de suas realidades atuais e desafios. A educação mediadora do conhecimento e voltada a formar cidadãos como um todo é também orientada aos dilemas sociais e sistêmicos contemporâneos.

Quando surgiu a possibilidade do desenvolvimento de uma pesquisa sobre a ética, um tema um tema tão complexo, apostei no desafio de aprender mais e sempre. Como professora alfabetizadora com experiência e especialização na educação especial e neuropsicopedagogia clínica, a preocupação sobre como o outro aprende sempre foi meu laboratório de pesquisa. Na prática docente diária, busco uma aprendizagem capaz de beneficiar a todos em sua diversidade social, cultural e religiosa. Percebi, nesse processo, que a formação cidadã nasce do respeito ao direito e ao dever do próximo como se fossem nossos.

Com isso, surgiu a necessidade de estudar a relação entre ética, educação e cidadania no fazer docente, uma vez que o professor media o ensino e influencia a opinião dos alunos em sala de aula. Assim, o seu comportamento e dimensão ética e cidadã em aula endossam ou reagem à política pública educacional democrática vigente e aos desafios gerais contemporâneos.

Esta dissertação está inserida na proposta da linha de pesquisa Orientação do Trabalho Didático, do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS). Trata-se de uma linha voltada a compreender a prática de professores da educação básica, e esta pesquisa direcionou tal orientação ao município de Campo Grande, MS. Seu desenvolvimento foi conduzido sob o enfoque da ética, educação e cidadania no fazer pedagógico diário, a fim da abertura de uma discussão democrática ao tema.

Os indicadores da educação utilizados nesta pesquisa foram os PCN, documentos que norteiam o tema transversal da ética sob o enfoque do respeito mútuo, justiça, solidariedade, sexualidade, meio ambiente, saúde e pluralidade cultural. A escrita da dissertação iniciou com pesquisa literária a partir de sugestões do orientador da pesquisa, com uma revisão de artigos na plataforma *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) para coleta de artigos que discutem ética, educação e cidadania na atuação de professores da Educação Básica nacional.

No Quadro 1 constam as literaturas analisadas com a identificação de seu título, ano de publicação e autores:

Quadro 1 – Literatura analisada

Ano	Título	Autores	Tipo de trabalho
2001	Ética e educação clássica: virtude e felicidade no justo meio	Cartola Boto	Artigo
2007	Ser ou estar professor? A construção da ética no contexto escolar	Edina Furlan Rampineli	Artigo
2007	Educação e cidadania	Roberta Bailoni Marcilio	Artigo
2011	O que é educação, educador? A concepção de educação para professores e diretores de escolas da região do vale do Itajaí-SC	Adriano Schlosser, Léia Viviane Fontoura, Gabriel Fernandes Camargo Rosa, Maiara Pereira Cuha	Artigo
2012	Ética em educação: Sentidos, Razões e consequências	Gracinda Hamido, Marta Uva	Artigo
2016	Considerações sobre o conceito de educação e a formação do sujeito crítico na contemporaneidade	Dagmar Braga de Oliveira	Anais
2016	Reflexões sobre a ética na educação	Patrícia Rengel, Carolina Torres Guazzelli	Artigo
2017	A importância da ética na educação	Manoel de Jesus Bastos	Artigo
2018	Educação e cidadania: Reflexões sobre um debate contemporâneo	Luís Fernando Santos Corrêa da Silva e Thiago Ingrassia Pereira	Artigo
2018	A moral e a ética: considerações conceituais e implicações socioculturais	Lindomar Teixeira Luiz	Artigo

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Em reflexão sobre a ética na educação, Boto (2001) compreende a pedagogia como uma arte/ciência que busca o bem, a instrução e a formação. Na educação, a ética envolve diferentes assuntos que podem ser trabalhados em sala de aula, a exemplo da solidariedade, da tolerância, da responsabilidade, da identidade e dos direitos. A autora construiu seu pensamento a partir de conceitos clássicos sobre ética, trazidos de pensadores que falam de filosofia, política e educação e que contribuem para a discussão dessa temática.

Ainda conforme Boto (2001), sob a visão aristotélica, a ética parte da concepção de vida boa e de justo meio. A visão kantiana de imperativo categórico, cujos significados gerais foram percebidos pela concepção rousseauiana, compreende que a vontade (não a razão)

seria a marca distintiva do gênero humano. O psicogeneticista Jean Piaget trouxe a ética da reciprocidade que, para Hanna Arendt, representa a autoridade como critério distintivo da relação assimétrica entre professores e estudantes.

Rampineli (2007) questiona sobre ser ou estar professor no contexto escolar, e a construção da ética nesse cenário. A autora pondera suas dificuldades com alunos, educadores e outros profissionais da educação e afirma a complexidade de atuar para o bem comum. Propõe, ao final, uma prática diferenciada na ação humana através das relações entre escola e sociedade. Com isso, Rampineli (2007) afirma que cabe ao docente ser um formador de opinião por sua conduta junto aos educandos. O agir docente evidencia a aposta educacional do professor, e mostra ao estudante a presença da certeza necessária para educar.

Em “Educação e Cidadania”, Marcílio (2007) relaciona democracia, educação e formação cidadã como uma tríade capaz de promover a aprendizagem e crescimento ético, político e psicológico do educando. Sob a perspectiva de um educar de padrões democráticos para a cidadania, o autor sugere as assembleias de classe, consideradas excelentes para melhoria da relação professor e aluno.

Schlösser, Fontoura, Rosa e Cunha (2011) visualizam a educação como um passaporte para o convívio social. A escola surge como facilitadora do desenvolvimento do sujeito, e a educação como elemento que constrói a autonomia. Como orientação comum, busca-se assegurar que a escola seja a principal instituição responsável pelo educar e ser educado.

Hamido e Uva (2012) abordam a responsabilidade do professor sobre uma atuação ética no exercício em sua função. A visão das autoras decorreu de artigos publicados na Revista Interações, e percebem a formação docente como meio técnico de orientação do exercício da ética. O instrumento para isso, todavia, é o conteúdo didático. Nas escolas, ética e educação ocorrem em um cenário complexo de diversidade. No entanto, podem interferir no fazer educativo e agir dos educandos de acordo com a forma em que são exercidas. Quando críticas, educação e ética conduzem à reflexão sobre dilemas e formação docente.

Oliveira (2016) apresenta reflexões teóricas sobre a educação alinhada à formação do sujeito crítico contemporâneo, e discute o papel educacional na cidadania para a contribuição com a sociedade, formação do sujeito crítico e sua articulação em ações cotidianas voltadas ao bem comum e participatividade.

Em artigo sobre o comportamento ético dos profissionais da educação, Rengel e Guazzelli (2016) afirmam que os sujeitos não nascem com um conjunto de atitudes, mas as adquirem com a ajuda de seu meio. As experiências sociais são moldadas às normas e valores

que norteiam o indivíduo para um comportamento ético. Essas vivências relacionam ética com questões que integram a formação do indivíduo desde o princípio da sua vida.

Bastos (2017) escreveu sobre a “Importância da ética na educação”, e como escola e família podem contribuir para sua oferta. O texto mostra que a cidadania somente ocorre com a prática dos valores éticos. Para o autor, a ética na pedagogia norteia as ações práticas dos docentes, bem como harmoniza e valoriza o educando no meio escolar. Junto a isso, a ética na educação tem desafios de ensino e aprendizagem que contribuem para o desenvolvimento social e autônomo, e ensinam um posicionamento ideal diante de ações coletivas. Como a escola atua como maior formadora de cidadãos, cabe ao meio escolar o trabalho com a ética e a moral, bem como sua inclusão nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) e Regimentos Escolares (RE).

Prossegue Bastos (2017) relatando que o educando deve compreender a importância da democracia para a sociedade, sobretudo quanto a liberdade, respeito e tolerância para viver a diversidade das relações. Um professor ético, dessa forma, oferece o que tem de melhor ao educando, com alegria e determinação, e percebe a escola como espaço ótimo à formação ética do cidadão.

No artigo “Educação e Cidadania: reflexo de um debate contemporâneo”, Silva e Pereira (2018) discutem as interconexões entre cidadania e educação, sob a consideração do percurso histórico do Brasil no século XX. O texto identifica avanços e retrocessos no acesso à cidadania e pensa a educação como um direito social que promove mudanças na sociedade, com a humanização do coletivo e benefício simbólico da sociedade. Nesse sentido, educar se apresenta como elemento de mobilidade social, capaz de provocar mudanças na política e economia e fortalecer o acesso à qualidade e legitimidade do direito à educação.

Luiz (2018) analisou os conceitos da moral e da ética em perspectiva multidisciplinar, e obteve três definições sobre este último termo, em uma perspectiva sociológica. Primeiro, a ética como estudo sistematizado da moral; segundo, como referência ética aos princípios norteadores das ações humanas e terceiro, como elemento ligado às condições socioeconômicas, culturais e ambientais da sociedade.

Quanto à metodologia, este estudo foi desenvolvido pela coleta de dados por formulário. O público-alvo foram professores (n=10) das disciplinas de Artes Visuais (n=1), Educação Física (n=1) e os demais regentes de salas do Ensino Fundamental I, do quarto e quinto ano, atuantes no município de Campo Grande, MS. O formulário consistiu em cinco perguntas objetivas de estímulo ao docente sobre sua atuação em sala de aula. A análise das respostas mostrou que os professores necessitam de formação continuada para a discussão da

ética no ambiente escolar. Quanto maior o esclarecimento sobre o tema, mais efetiva se apresenta a atuação docente.

Esta dissertação apresenta o seguinte problema: como o professor percebe a ética em seu fazer docente? Em extensão, como o docente aborda conflitos pessoais que ocorrem em sala de aula? Essa problemática foi discutida de acordo com os resultados da análise.

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar como os professores da Educação Básica de Escola Públicas do município de Campo Grande-MS relacionam a ética com sua prática docente.

Como organização, a dissertação foi dividida em quatro capítulos: fundamentação teórica, metodologia, coleta de dados para análise, interpretação dos dados (análise) e intervenção. O capítulo 1 trata dos conceitos de ética, educação e cidadania, com sua presença na educação básica. Buscou-se explicar os conceitos destes temas, e forma como se complementam na atuação dos docentes do quarto e quinto ano nas Escolas Municipais de Campo Grande, MS. Em seu conteúdo, o capítulo evidencia a importância da temática para os docentes, e sua potencial contribuição no fazer pedagógico nas salas de aula.

O capítulo 2 trata da metodologia, uma análise qualitativa. O texto descreve o conceito dessa análise aplicado à pesquisa, bem como o espaço da experiência do professor e sua prática influência na convivência no ambiente escolar. Soma-se as informações a descrição de como os participantes aceitaram responder ao formulário, as escolas selecionadas e quais perguntas foram aplicadas.

O capítulo 3 relata a análise descritiva da pesquisa, com informações sobre os problemas investigados no estudo. Devido a pandemia de covid-19, não foi possível aplicar a pesquisa presencialmente nas escolas. Com isso, os questionários de cinco perguntas sobre o tema foram enviados por e-mail aos participantes (n=10) e, mesmo com a mudança na dinâmica de entrevista, os participantes puderam associar suas ideias e responder às perguntas.

O capítulo 4 sintetiza as respostas obtidas no questionário sobre ética e moral, e apresenta um quadro informativo decorrente de sua análise e interpretação. A finalidade do capítulo foi apoiar o projeto de intervenção (Apêndice A), construído a partir das devolutivas dos participantes deste estudo.

CAPÍTULO - CONCEITO DE ÉTICA, EDUCAÇÃO E CIDADANIA E SUA PRESENÇA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Este capítulo condensa uma discussão sobre ética, junto a concepções de vários autores que abordam o tema em sua obra, junto à temática de educação e cidadania na educação básica.

1.1 Ética

Ética é o ramo da filosofia que estuda o comportamento humano e orienta suas condutas. Menezes (2021) afirma que a palavra ética deriva do termo grego “*éthikos*”, que significa “modo de ser”. Como objetivo, ela visa tornar a convivência social pacífica e justa, e seus instrumentos são as atitudes coletivas ou individuais. Assim, a ética ajuda o indivíduo a responder questões como: devo? Posso? Quero?

De acordo com Tadêus e Cunha (2009, p. 143), “a Ética teria surgido com Sócrates, quando o filósofo investiga e explica as normas morais que o leva a agir não só por tradição, educação ou hábito, mas principalmente por convicção e inteligência”. É comum que os termos ética e moral tenham seus significativos igualados. Mas, distinguir esses conceitos é necessário para o entendimento da proposta desta dissertação. Em determinada perspectiva, a ética é comparada a uma “[...] daquelas coisas que todo mundo sabe o que são, mas que não são fáceis de explicar, quando alguém pergunta” (VALLS, 1993, p. 7).

Pedro (2014), no artigo “Ética, moral axiologia e valores: confusões e ambiguidades em torno de um conceito comum”, relata que a moral se relaciona a algo normativo, a regras ou a obediência, ou desobediência do estabelecido. Por isso, é associada ao cumprimento de leis e de deveres. Já a ética se refere à interioridade dos seres humanos, tem relação com o caráter, *modo* de ser de uma pessoa.

A ética é o princípio ou estudo do comportamento moral dos homens em sociedade, de uma forma diferenciada de comportamento humano. Como um conhecimento científico, a ética aspira a racionalidade e a objetividade mais completas. Ao mesmo tempo, ela deve proporcionar conhecimentos sistemáticos, metódicos e, no limite do possível, comprováveis (VASQUEZ, 2003).

Nesse sentido, Aristóteles (1973) afirma que o comportamento seria um fator distintivo da ética. O modo de proceder com os outros, consigo mesmo, diante daqueles que são de estima e perante a humanidade nos constitui como seres justos, que praticam a

temperança e a bondade. Para tanto, a atitude mais prudente seria lançar mão do que Aristóteles chama de justo meio, evitando os extremos.

O exposto por Aristóteles evidencia que o comportamento tem um aspecto que difere da ética, sem considerar os costumes de homens de bem cumpridores das leis. Em desdobramento a este pensamento, o filósofo humanista Immanuel Kant explica a ética como:

A filosofia formal chama-se Lógica; a material, porém, que se ocupa de determinados objetos e das leis a que eles estão submetidos, é por sua vez dupla, pois que estas leis ou são leis da natureza, ou leis da liberdade. A ciência da primeira chama-se Física, a da outra é a Ética; aquela chama-se também Teoria da Natureza, esta Teoria dos Costumes (KANT, 2007, p. 13).

A definição de ética para Kant (2007) é a de uma ciência orientada às ações humanas, que considera o uso da vontade consciente e da razão pelo indivíduo, seu direito de escolha. No entanto, Hegel propõe uma profunda alteração no campo da reflexão sobre a ética, pois a centralidade filosófica cede espaço para o enfoque sociológico. “Hegel deixa claro que o ponto de vista moral do sujeito, com sua ação e seu julgamento, não faz sentido fora do corpo social” (FREITAG, 1989, p. 58). Entretanto, não faz muito sentido exercer a ética sem um grupo social. Assim:

Para que haja conduta ética é preciso que exista o agente consciente, isto é, aquele que conhece a diferença entre bem e mal, certo e errado, permitido e proibido, virtude e vício... Consciência e responsabilidade são condições indispensáveis da vida ética... Tem a capacidade para avaliar e pesar as motivações pessoais, as exigências feitas pela situação, às consequências para si e para os outros, a conformidade entre meios e fins... (CHAUI, 2003, p.308).

Entretanto, é possível aplicar parâmetros de condutas morais para o direcionamento de certos dilemas éticos. Chauí (2003) evidencia que o exercício da ética envolve um sujeito responsável, consciencioso, aberto ao debate, equilibrado emocionalmente. Esse indivíduo é consciente da moral de sua sociedade, é livre para agir sem coerção ou impulso, motivado por desejos e anseios particulares. Nesse perfil, o ser humano atua com consciência das consequências de suas escolhas para si e para os outros. Esse agir expressa abertura ao diálogo democrático, tolerância e flexibilidade para contemplar diferentes interesses individuais e coletivos.

Portanto, uma percepção da ética no gênero humano pode ser encontrada na obra de Edgar Morin (2002), quando o autor afirma que, para ter o sentido é ético, é necessário compreender que:

[...] qualquer concepção do gênero humano significa desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer à espécie humana. No seio desta tríade complexa emerge a consciência plena (MORIN, 2002, p. 105).

Tal consciência seria a necessidade da ética. A ética engloba uma coleção de virtudes que necessitam se agregar, e passam pelo bom-senso, razão e contínuo trabalho de autoconhecimento. Sendo assim, Morin (2000) afirma que ter uma conduta ética não é tão fácil. Ocorrem situações que não são de simples resolução, sobretudo quando coletivas ou que envolvem princípios e ideologias. Uma vez que há muitos dilemas éticos sem solução, é “a incerteza que mata o conhecimento” (p. 31).

Há diferentes discussões contemporâneas sobre o comportamento humano. Kidder (2007), na obra “Como tomar decisões difíceis”, afirma que valores sólidos geram escolhas difíceis. Todavia, as pessoas que enfrentam essa condição com autorreflexão parecem ter senso consciente de valores éticos. Isso ocorre pois elas refletem em todas as áreas da vida — empresarial, profissional, pessoal, cívica, internacional, educacional e religiosa. As escolhas certo versus errado diferem das certo versus certo. É possível classificar como escolhas certo versus certo os “dilemas éticos” e certo versus errado as “tentações morais”. O indivíduo apenas necessita de mais tempo reflexivo para identificar uma tentação moral camuflada de dilema ético.

Kidder (2007) destaca em sua obra quatro paradigmas de dilema: verdade versus lealdade, indivíduo versus comunidade, curto prazo versus longo prazo e justiça versus compaixão. Todavia, isso não significa que não existam outros presentes na vivência diária, uma vez que os conflitos surgem conforme oposições aos valores morais individuais. O teste dos paradigmas auxilia a perceber a diferença entre dilemas éticos e tentações morais. Assim, todas as decisões são difíceis conforme o problema vivido e que requer exame, exceto as tentações morais. Seguindo o raciocínio verdade versus lealdade, surge um dilema clássico onde o indivíduo escolhe entre ser fiel a si ou considerar o contexto. No paradigma justiça versus compaixão, um exemplo clássico é o caso hipotético de uma professora já realizou as avaliações finais do quarto bimestre, mas um aluno desapareceu da escola. Com isso, as coordenadoras tentaram localizar os responsáveis via telefone, mas só dava na caixa postal. Certo dia, resolveram ir à residência do estudante e souberam que seus pais sofreram um grave acidente e estavam hospitalizados. Descobriram que o aluno estava na casa dos avós, numa chácara. O que fazer? Reter o estudante ou considerar a aplicação de uma prova específica? O paradigma indivíduo versus comunidade pode ser ilustrado com a hipótese da

professora que, na saída da escola, esperava por carona e observou um movimento estranho de um aluno do nono ano. Ele ficava na esquina e abordava a todos os que passava, vendendo drogas ilícitas. Sabedora que o aluno vinha de uma família de traficantes, a docente se questionou sobre o que fazer. Deveria denunciar à polícia e correr o risco de descobrirem que foi ela ou montar um projeto de recuperação da comunidade escolar, com palestras e depoimentos (que nem sempre tem resultados os resultados esperados)? Na reflexão sobre a relação ética do professor versus aluno é possível imaginar as dificuldades enfrentadas.

Freitag (1989) afirma que os princípios que orientam a ação e a moralidade requerem um tratamento interdisciplinar. Essa abordagem teria uma nova expressão na ética discursiva amparada nas pesquisas do estruturalismo genético de Piaget e Kohlberg. Tendo por base a filosofia de Kant, que afirma que o sujeito epistêmico complementa o sujeito social, sem o sujeito a moralidade não existe e sem a sociedade a ética não é necessária.

A ética discursiva de Habermas (2003) procura substituir o imperativo categórico de Kant pelo procedimento da argumentação moral. Com isso, explora a linguagem e permite uma prática discursiva que defende a integridade e a dignidade individual. O ideal Kantiano da plena autonomia humana, por sua vez, foi reduzido ao que se convencionou chamar de ética da realização pessoal.

Piaget (1996) relata uma sequência invariante de seis estágios morais em três grandes níveis de moralidade: pré-convencional, convencional e pós-convencional. Para o psicogeneticista, a propensão da consciência moral ocorre em patamares gradativamente elevados e equilibrados, conforme a interação do indivíduo com o meio. O autor relata ainda que as particularidades afetivas e cognitivas diferem, mas são inseparáveis da conduta moral. Assim, o ato moral não pode ser definido apenas por critérios apenas cognitivos ou entusiasmo.

Prossegue Piaget(1996) no relato de que as descrições interpessoais agem com destaque no desenvolvimento da personalidade moral do indivíduo. Essa atuação pode ser vista por um respeito unilateral, que se origina da moral e não da imposição, ou pelo respeito mútuo. Logo, o resultado é um acordo entre iguais, característico da moral da cooperação. A moral da coação e a da cooperação correspondem, respectivamente, aos estágios heterônomos e autônomos.

Segundo o sociólogo Bauman apud (PIMENTEL, 2017), se relacionar com o outro seria a missão de cada pessoa. Não se trataria apenas de ser, mas ser para o outro. Em um pensamento renovador, Van Rensselaer Potter apud (PIMENTEL, 2017) considera a bioética uma ponte para o futuro. Na bioética estariam questionamentos surgidos da responsabilidade

moral. Essas questões unem fundamentos teóricos e práticos da ética em perspectiva interdisciplinar, intercultural e suficiente a potencializar o verdadeiro sentido de humanidade.

Na obra “Relações e conflitos éticos nas práticas dos médicos e enfermeiros”, Pimentel (2017) recorre ao pensamento de Zygmunt Bauman. Assim, quanto a valores tradicionais como amizade, afeto e responsabilidade, o autor destaca a perda de sua consistência na pós-modernidade, cedendo espaço ao cultivo individualista.

Segundo Marcos (1999), a ética está na reflexão sobre o conflito entre indivíduos referente ao coletivo. As reações do sujeito diante dos acontecimentos ou situações geram sentimentos como culpa, remorso, prazer, desprazer, raiva, empatia, solidariedade, confiança, desespero ou rebeldia. Entretanto, a ciência expressa objetividade. Sendo assim, Chauí (1995) afirma que a ação ética torna o indivíduo inseparável de sua práxis e consequências. Isso remete à noção de consciência moral, que considera o sujeito ético como aquele que sabe o que faz, o que o motivou e o que responde pelo seu desejo e ação.

Oliveira (2021) ressalta que os PCN admitem ser a ética a reflexão crítica sobre a moralidade. A ética não teria caráter normativo, pois, as reflexões éticas questionam a consistência e a coerência dos valores que norteiam as ações. Sua finalidade é esclarecer e inquirir os princípios que as norteiam. Por essas práticas busca-se esclarecer e questionar a razão de agir, para que a ação tenha significado autêntico nas relações.

Para Bittar (2016) a ética seria um exercício social baseado em reciprocidade, respeito e responsabilidade. Assim, enquanto exercício de humanidade, a ética confirma a condição humana de seres que vivenciam, aprendem e trocam valores.

Assim, atitudes como o respeito pelas diferenças são fundamentais para o convívio em uma sociedade democrática e pluralista. A vida escolar pode ser oportuna para a construção e oferta de instrumentos para de participação do sujeito no espaço público com uma orientação democrática e solidária. Importa ainda para a construção ética o emprego do diálogo para esclarecer conflitos e tomar decisões coletivas. Essa prática resulta em uma autoimagem positiva, baseada no respeito próprio traduzido pela confiança na capacidade de escolha e realização de um projeto de vida. Também, é fundamental o valor da legitimação de normas morais que garantam a todos a autorrealização, assim como posturas adequadas ao juízo pessoal de valor, norteadas pelos diferentes pontos de vista e aspectos das mais distintas situações.

1.1.1 Ética e docência

Uma vez que os dilemas éticos são uma constante na vida humana, Ishii e Krasilchik *apud* (ANDERSON, 2001) propõem uma abordagem lógica para o seu enfrentamento no campo da docência. Identificar os próprios valores do educador é o primeiro passo, dado a partir de dois questionamentos: na violação de certos valores, há o sentimento de tristeza ou de culpa? Quais os valores são considerados mais importantes?

Ainda segundo Silva, Ishii e Krasilchik (2020), o princípio singular que deve guiar as decisões docentes é o respeito básico pelos estudantes. Isso é possível pelo reconhecimento de que os educandos diferem entre si, não apenas quanto a idade, nível intelectual e vontade de aprender, mas também em honestidade e integridade. Os autores também destacam a necessidade de cuidado que o educador deve ter para não impor seus pontos de vista, valores ou preferências aos estudantes, a partir de sua potencial capacidade de coação. Isso ocorre, pois, o poder exercido pelo professor pode minimizar autonomia do aluno, que deve ser respeitada. Assim, o último e essencial princípio aplicável diante de dilemas éticos é a veracidade, condição necessária para que um educador seja ético. A honestidade é a melhor postura, mesmo que, às vezes, embaraçosa ou dolorosa.

De acordo com Rocha e Carrara (2011, p. 1), os “[...] professores constituem importantes modelos e funcionam como ambiente social relevante para a emissão de comportamentos de seus alunos”. Complementa essa formação Ricci (1999), quando afirma que o educador deve se concentrar na preparação moral e ética dos seus educandos. A escola teria a estrutura para intensificar e comover a conduta ética e civil de seus alunos, e essa preparação é indispensável para que eles exerçam participação ativa na sociedade.

Cavalcanti e Cohen (2012) afirmam que os educadores devem compreender a necessidade de uma formação contínua, e manter a abertura às mudanças e aprendizado no decorrer da vida profissional. Quem ensina, dessa forma, é ideal que se perceba como um eterno aprendiz. Um educador que se preocupa com a realização de seus alunos oferece valores e saberes capazes de auxiliar na autonomia de pensamento desses educandos. É dessa forma que o professor, rodeado de desafios, busca com intensidade o retorno de suas ações (TADÊUS; CUNHA, 2009).

No contexto dessa busca, Freire (2014) afirma a necessidade de o professor soltar as amarras do passado, e se abrir para o presente como sujeito crítico capaz de refletir sobre suas ações. Os profissionais da educação necessitam de prontidão para o enfrentamento de

problemas futuros ligados a um educar crítico e transformador. Isso exige atenção e dedicação de todos que atuam na educação.

Algumas sugestões de ações éticas fundamentais direcionam a atuação do professor em sala de aula:

Desenvolver e executar atitudes justas entre as crianças. O professor não deve impor nada pela força, nem permitir que algum colega mais forte tenha prioridades a outro por conta de sua condição física, por exemplo; Não comprometer-se em situações que possam caracterizar preconceito de qualquer natureza; Havendo necessidade de chamar a atenção de algum aluno, o professor deve fazer de forma justa. Nunca fazer referência a alguma característica física (ou de outra ordem) da criança de forma grosseira. A reclamação deve ser objetivamente sobre a ação praticada; recuar de expor na sala de aula situações da vida particular da família da criança que possam ridicularizá-la; Nunca, sob nenhuma circunstância, negar assistência ao aluno em resposta a alguma situação de conflito com a família ou a alguma contrariedade fruto da ação da criança; Considerar a fala e o ficar atento ao comportamento das crianças no decorrer da aula. Muitas vezes, as crianças podem não expressar suas emoções por não saberem ou por não se sentirem seguras o suficiente para falar; Só fazer para as crianças promessas que pretende cumprir; dirigir-se à família de forma sincera e respeitosa evitando opinião pessoal (MARTINS, 2017, p. 5).

O excerto de Martins (2017) é formado por normas explícitas que se enquadram na ética normativa ou Deontológica. Essas orientações poderiam constar em um possível código de ética profissional. Contudo, na ausência dessa normativa, é a subjetividade do professor, de seus valores e do respeito que assume com a classe e a docência que norteiam os seus atos profissionais.

Kidder (2007) compara a boa forma ética a uma boa forma física que, para que seja alcançada e mantida, requer esforço diário. Não há como escapar do trabalho real de um esforço de longo prazo. A ética é tão fundamental que demanda reconhecimento, reflexão, envolvimento mental e enfrentamento de questões difíceis.

Como exemplo, Kidder (2007) relata o caso de um professor que, do início ao fim de sua carreira docente, passou por um teste em sua boa forma ética. Ela havia se mudado com sua família para um município de pequeno porte, de comunidade conservadora quanto a criação dos filhos. Exercendo o cargo de professora do primeiro ano do Ensino Médio, recebeu a missão de coordenar o baile de formatura. Entretanto, as regras eram rígidas e o aluno que quisesse trazer namorado ou namorada de outra série, teria de preencher um formulário de permissão da coordenadora. Uma das alunas solicitou permissão para trazer sua namorada homoafetiva que morava em outro município. Nesse contexto, a docente entrou em um dilema entre escolar o certo e o errado. De um lado estava o respeito pelos direitos individuais e, de outro, pela comunidade conservadora na qual acabara de ingressar. Na

questão, estavam em jogo os sentimentos e atitudes de uma estudante, que poderiam causar prejuízos emocionais nela e em sua família, caso faltasse sensibilidade, equilíbrio e racionalidade. Assim, a professora buscou um caminho para resolver o impasse em relação de equilíbrio, com diálogo com a aluna e sua família, como mediadora da situação.

A ética proporciona ações na escola que auxiliam o professor a compreender suas atitudes e se colocar no lugar do outro, com respeito mútuo, justiça, diálogo e solidariedade. Isso ocorre a partir de trocas de conhecimento, aprendizagem e ferramentas diversas. Quando o educador assume esse conceito ético, implicitamente admite a necessidade de mudar seus hábitos e comportamento. Agir com ética, assim, requer a ação sustentada pela observação dos princípios que visam o bem comum.

Freire (2006) chama a atenção sobre a ética na prática educativa:

Gostaria, por outro lado, de sublinhar a nós mesmos, professores e professoras, a nossa responsabilidade ética no exercício de nossa tarefa docente. Sublinhar esta responsabilidade igualmente àquelas e àqueles que se acham em formação para exercê-la. Este pequeno livro se encontra cortado ou permeado em sua totalidade pelo sentido da necessária eticidade que conota expressivamente a natureza da prática educativa, enquanto prática formadora. Educadores e educandos não podemos, na verdade, escapar à rigorosidade ética. Mas, é preciso deixar claro que a ética de que falo não é a ética menor, restrita, do mercado, que se curva obediente aos interesses do lucro... Falo, pelo contrário, da ética universal do ser humano. Da ética que condena o cinismo do discurso citado acima, que condena a exploração da força de trabalho do ser humano, que condena acusar por ouvir dizer, afirmar que alguém falou A sabendo que foi dito B, falsear a verdade, iludir o incauto, golpear o fraco e indefeso, soterrar o sonho e a utopia, prometer sabendo que não cumprirá a promessa, testemunhar mentirosamente, falar mal dos outros pelo gosto de falar mal. A ética de que falo é a que se sabe traída e negada nos comportamentos grosseiramente imorais como na perversão hipócrita da pureza em puritanismo. A ética de que falo é a que se sabe afrontada na manifestação discriminatória de raça, de gênero, de classe. É por esta ética inseparável da prática educativa, não importa se trabalhamos com crianças, jovens ou com adultos, que devemos lutar. E a melhor maneira de por ela lutar é vivê-la em nossa prática, é testemunhá-la, vivaz, aos educandos, em nossas relações com eles (FREIRE, 2006, p. 15).

Portanto, ter ética é assumir a condição de ser responsável. Para isso, é necessário que a ética seja vivenciada com solidariedade e compreensão da condição humana. É no exercício da humanidade que os erros acontecem — inclusive para quem não compreende o erro do outro. A compreensão é parte do processo de humanização, do aprendizado humano (MORIN, 2002). De acordo com a necessidade de ensinar e de aprender, e tendo por norte o futuro dos alunos, Moretto afirma que o professor:

[...] não pode ser movido somente pelo intelecto, mas também pela emoção. Sem ela, como desempenhar com alegria, uma tarefa desagradável, muitas vezes, pouco compreendida pelos pais, autoridades e alunos entediados? Sua missão não é de facilitador, mas de animador. Viver como um intelectual transformador (MORETTO, 2000, p. 8).

Assim, uma vez que a nova sociedade contemporânea apresenta realidades distintas e numerosas, o professor necessita refletir sua ação com ética. Nesse movimento, é necessário renovar a atuação docente para influenciar de forma positiva os alunos, que são o futuro de uma nova sociedade, em ideal amparada pela ética.

1.2 Educação

O termo educação compreende o ato de educar, e possui várias definições, em muito ligadas à visão de mundo do indivíduo. Em sentido amplo, educação significa construir o aprendizado com base em hábitos, costumes e valores de uma comunidade, transferidos entre gerações visando a evolução da sociedade. Brandão (2007, p. 13) afirma que a educação existe “[...] onde não há escola e por toda parte pode haver redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra, onde ainda não foi sequer criada a sombra de algum modelo de ensino formal e centralizado”. Nessa perspectiva:

Educação. Do latim 'educere', que significa extrair, tirar, desenvolver. Consiste, essencialmente, na formação do homem de caráter. A educação é um processo vital, para o qual concorrem forças naturais e espirituais, conjugadas pela ação consciente do educador e pela vontade livre do educando. Não pode, pois, ser confundida com o simples desenvolvimento ou crescimento dos seres vivos, nem com a mera adaptação do indivíduo ao meio. Atividade criadora, que visa a levar o ser humano a realizar as suas potencialidades físicas, morais, espirituais e intelectuais. Não se reduz à preparação para fins exclusiva mente utilitários, como uma profissão, nem para desenvolvimento de características parciais da personalidade, como um dom artístico, mas abrange o homem integral, em todos os aspectos de seu corpo e de sua alma, ou seja, em toda a extensão de sua vida sensível, espiritual, intelectual, moral, individual, doméstica e social, para elevá-la, regulá-la e aperfeiçoá-la. É processo contínuo, que começa nas origens do ser humano e se estende até à morte (BRANDÃO 2007, p. 63-64)

A definição de educação oferecida por Durkheim complementa essa visão, como:

[...] ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver na criança certo número de estados físicos, intelectuais e morais reclamados pela sociedade política no seu conjunto e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destina (DURKHEIM, 1994, p. 51-54).

Durkheim (1994) compreende que a educação ocorre por diferentes meios e tem caráter intergeracional. Sua finalidade é preparar o indivíduo para a construção de uma sociedade melhor e mais participativa. Nesse interesse, educar envolve o formar indivíduos moral e socialmente saudáveis com autonomia, capazes de exercer seu lado crítico e político na sociedade. A educação fortalece a vida coletiva, amadurece o conhecimento da diversidade em diferentes grupos humanos e reconhecimento do valor da sua união para o bem comum. Isso ocorre com profissionais específicos e livres para a escolha da sua própria subsistência.

Segundo Freire (2000, p. 40), “a educação é sempre uma certa teoria do conhecimento posta em prática”. A definição freireana visa a um fazer pedagógico humanizado, preocupado com as ações humanas. Freire (2003, p. 79) afirma que “o conhecimento é processo que implica na ação-reflexão do homem sobre o mundo”. Em outro trecho da mesma obra, o autor dialoga a respeito do conhecimento, e o define não como “[...] algo dado e acabado, mas um processo social que demanda a ação transformadora dos seres humanos sobre o mundo”. Noutra obra sua, Freire (1981) aprofunda essas reflexões e afirma que a educação, quando visa apenas a transferência do conhecimento é uma domesticação. Já a educação para a libertação, conforme este pensador educacional, é um ato de conhecimento capaz de transformar a realidade e que deve ser exercido sobre ela. Ainda, Freire (2001, p. 55), relata que “a educação será tão mais plena quanto mais esteja sendo um ato de conhecimento, um ato político, um compromisso ético e uma experiência estética”.

As definições freireanas sobre educação evidenciam a preocupação do autor com a humanização do indivíduo. Os conceitos de Paulo Freire também são direcionados à formação de ações de conhecimento necessárias à capacitação crítica sociopolítica, para uma educação libertadora da expressão, em uma existência ética e na qual o indivíduo responde por suas ações.

Na obra “Curso de Ética Jurídica”, Freire *apud* (BITTAR 2016, p. 71) afirma que “educar é substantivamente formar”. Se educação é, entre outras coisas, o aperfeiçoamento das faculdades intelectuais, físicas e morais, é certa a sua relação com a capacitação, adestramento e potencialidades humanas. Todos esses fatores relacionam o educar à ética, pois se busca formar o espírito, formar significa dar ao sujeito condições para trabalhar, pensar, criticar, ensinar, aprender, comportar-se e avaliar.

Nessa perspectiva, a educação é um meio favorável à construção da ética, e modifica o indivíduo. Por ela, o sujeito recebe recursos para o pensamento autônomo, crítico e suficiente à escolha do que é melhor para si e para a sociedade em que se insere. Quando desenvolvida

em uma premissa libertadora, a educação permite ainda que o indivíduo analise propostas políticas, projetos sociais e gere oportunidades renovadoras para a sociedade.

Ainda no primeiro capítulo da obra “Pedagogia Histórico-Crítica”, Saviani (1944) afirma que a educação é própria do ser humano, e representa um ato de “[...] produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto de homens” (p. 13).

Dessa maneira, Saviani (1944) contempla a educação como o ato de saber produzir a subsistência, ato este definido como trabalho material. Embora seja assim, educar é um trabalho não material, pois aborda a ação do pensamento e representa o planejamento de uma ação simbólica.

No artigo “Educação: concepções e modalidades”, Vianna (2008) *apud* (RECO, 2018, p. 39) define que a “[...] educação, em sentido amplo, representa as medidas possíveis para desenvolver o ser humano e, no sentido estrito, representa a instrução e o desenvolvimento de competências e habilidades”. Ainda no mesmo artigo, Aranha (2000) *apud* (RECO, 2018, p. 43) é citado na sustentação de que a “[...] educação não é, porém, a simples transmissão da herança dos antepassados, mas o processo pelo qual também se torna possível a gestação do novo e a ruptura com o velho”.

Outro conceito foi trazido por Brandão, quando define que:

A educação aparece sempre que surgem formas sociais de condução e controle da aventura de ensinar-e-aprender. O ensino formal é o momento em que a educação se sujeita à pedagogia, cria-se situações próprias para o seu exercício, produz os seus métodos, estabelece suas regras e tempos, e constitui executores especializados (BRANDÃO, 2007, p. 26).

A partir do exposto por Brandão (2007), quando a educação passa dos progenitores aos herdeiros, deixa de ser um ato simples cotidiano de uma comunidade. Esse repasse torna o ato uma teoria da educação de um ensino formal e estruturado. Para assegurar a aplicação da educação, há bases legais como a trazida constitucionalmente, no ano de 1988, no art. 205, que prescreve ser “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, *online*).

Na Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), art. 1, “educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa,

nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996, *online*).

A LDB disciplina a educação escolar, que ocorre predominantemente no ensino formal, nas escolas. A educação escolar, assim, guarda vínculo com o trabalho e prática social, como dever da família e do Estado, inspirada em princípios de liberdade e ideais de solidariedade. Sua finalidade é o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. O ensino será ministrado a partir dos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (BRASIL, 1996, *online*).

Ainda na LDB, art. 2, a educação surge como “[...] dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando” (Brasil, 1996, *online*), exercida para o preparo do indivíduo para a cidadania e atuação qualificada no trabalho.

Uma vez que a transmissão do conhecimento, o progresso da sociedade e a evolução do indivíduo representam objetivos complexos, é necessário foco na criança como diamante a ser lapidado. Isso torna necessário buscar a formação do sujeito como um todo, com uma junção de trabalho com o intelecto, moral e espírito. O objetivo do trabalho educativo é, assim, produzir uma geração de pessoas éticas e capazes de enfrentar os dilemas da vida com maior facilidade.

1.3 Cidadania

Em um artigo publicado na Revista Brasil Escola, Pena (2022) menciona que o termo cidadania deriva de *civitas*, que significa cidade. Antigamente, cidadão respondia àquele que fazia parte da cidade, com direitos e deveres por nela habitar. Cidadania, assim, representa um conjunto de direitos e de deveres de alguém que vive em sociedade. Entre os direitos estão o ir e vir, a saúde, a moradia, a alimentação e a educação. Já entre os deveres, o voto eleitoral, o zelo pelo espaço ocupado e o cumprimento da lei.

Para Aristóteles, a cidadania é uma atribuição do cidadão que exerce seu direito de autonomia ao Estado. Esse indivíduo é comparável ao marinheiro, que desempenha várias funções focadas no bem-estar de sua navegação, conforme a analogia recortada abaixo:

[...] podemos comparar os cidadãos aos marinheiros: ambos são membros de uma comunidade. Ora, embora os marinheiros tenham funções muito diferentes, um empurrando o remo, outro segurando o leme, um terceiro vigiando a proa ou desempenhando alguma outra função que também tem seu nome, é claro que as tarefas de cada um têm sua virtude própria, mas sempre há uma que é comum a todos, dado que todos têm por objetivo a segurança da navegação, à qual aspiram e concorrem, cada um à sua maneira. De igual modo, embora as funções dos cidadãos sejam dessemelhantes, todos trabalham para a conservação de sua comunidade, ou seja, para a salvação do Estado. Por conseguinte, é a este interesse comum que deve relacionar-se a virtude do cidadão (ARISTÓTELES, 2006, p. 32).

No livro “Conceito de cidadania”, Costa e Ianni (2018) definem cidadania como a posse de direitos políticos, sociais e civis por um indivíduo, e o seu exercício em um Estado-Nação. Em sua teoria, Marshall (1967, p. 76) define o conceito moderno do termo como “um *status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o *status* são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao Estado”. Ainda o mesmo autor explicita que os direitos civis atribuem ao indivíduo liberdade diante do Estado, que é garantia pelos direitos políticos e, por sua vez, a expressão desse ser livre por meio do Estado é vista nos direitos sociais.

Todavia, a importância do pertencimento do indivíduo a uma comunidade indica que cidadania e Estado Moderno nasceram juntos e se reforçam reciprocamente. A cidadania avança quando abrigada e protegida pelo Estado. Isso ocorre quando recebe direitos que normatizam as condições necessárias para que seja exercida, cobrados e assegurados pelo Estado em sua cobertura (COSTA; IANNI, 2018). Ainda conforme os mesmos autores, a cidadania, como pertencimento do sujeito ao meio:

[...] não avança de modo harmonioso e pacífico, mas sim através de recuos, saltos, irregularidades, e sempre em meio a fortíssimas tensões políticas e sociais. Eles variam de país para país e, no interior de cada país, atingem de modo desigual seus diversos grupos específicos (NOGUEIRA, 2011, p. 86 *apud* COSTA; IANNI, 2008, p. 72).

Braga (2002) apresenta um conceito de cidadania mais ampla, que envolve um mundo cultural ao qual nem todos acessam. Assim, a cidadania:

[...] pode ser definida como um conjunto de direitos que podem ser agrupados em três elementos: o civil, o político e o social, os quais não surgiram simultaneamente, mas sim, sucessivamente, desde o século XVIII até o século XX. O elemento civil é

composto daqueles direitos relativos à liberdade individual: o direito de ir e vir, a liberdade de imprensa e de pensamento, o discutido direito à propriedade, em suma, o direito a justiça (que deve ser igual para todos). O elemento político compreende o direito de exercer o poder político, mesmo indiretamente como eleitor. O elemento social compreende tanto o direito a um padrão mínimo de bem-estar econômico e segurança, quanto o direito de acesso aos bens culturais e à chamada “vida civilizada”, ou seja, é o direito não só ao bem-estar material, mas ao cultural (BRAGA, 2002, p. 2).

Para Dallari (1998, p.14) a cidadania reúne um conjunto de direitos que possibilita ao indivíduo “[...] participar dinamicamente da vida de seu povo. [...] [O ser sem] cidadania está desclassificado ou excluído da sociedade, [...] numa posição de desvantagem no grupo social”.

Contudo, Bittar (2016) pontua que a cidadania transcende esse conjunto de direito e deveres de previsão legal ou mesmo contidos na constituição, e possui diferentes formas: ativa/participativa, interativa/crítica e consciente/dinâmica. A educação atua nesse campo e age indo além de uma formação cívica e para o exercício dos direitos e deveres previstos. Ela visa uma consciência nacional, suficiente para fortalecer a visão ética, histórica, coletiva e de resgate e preservação das tradições culturais de um povo e de seu passado.

Em aprofundamento a esse entendimento é possível citar Guarinello (2013), para quem a interpretação ideal da cidadania envolve a comunidade:

[...] cidadania implica sentimento comunitário, processos de inclusão de uma população, um conjunto de direitos civis, políticos e econômicos e, significa também, inevitavelmente, a exclusão do outro. Todo cidadão é membro de uma comunidade, como quer que esta se organize, e esse pertencimento, que é fonte de obrigações, permite-lhe também reivindicar direitos, buscar alterar as relações no interior da comunidade, tentar redefinir seus princípios, sua identidade simbólica, redistribuir os bens comunitários. A essência da cidadania, se pudéssemos defini-la, residiria precisamente nesse caráter público, impessoal, nesse meio neutro no qual se confrontam, nos limites de uma comunidade, situações sociais, aspirações, desejos e interesses conflitantes. Há, certamente, na história, comunidades sem cidadania, mas só há cidadania efetiva no seio de uma comunidade concreta, que pode ser definida de diferentes maneiras, mas que é sempre um espaço privilegiado para a ação coletiva e para a construção de projetos para o futuro (GUARINELLO, 2013, p. 46).

Dessa forma, a cidadania representa a construção de direitos e deveres entre as comunidades, com a finalidade de evolução social, política e educacional. O dever de construir uma sociedade pertence ao indivíduo social, bem como a uma comunidade ativa com ações e projetos que se voltam ao outro. Assim, “[...] os direitos e as obrigações de cidadania existem, portanto, quando o Estado valida as normas de cidadania e adota medidas para implementá-las” (VIEIRA, 2001, p. 36). Segundo Barreto:

A cidadania está intimamente vinculada ao processo em devir dos Direitos Humanos que consolidou a sociedade na modernidade. O conceito de cidadania surgiu ligado a um ente estatal no século XVIII; seu exercício e realização se fizeram sob a tutela do Estado nacional. Porém, considerando a atual forma de sociedade, a cidadania afirma-se pelo envolvimento do cidadão nos movimentos sociais, nos mais diversos, no âmbito da emergente sociedade civil e esfera pública transnacional que se vai construindo no mundo globalizado. (BARRETO, 2010, p.96)

No pensamento de uma cidadania contemporânea e globalizada, há um leque de oportunidades para que um indivíduo seja um cidadão melhor e culturalmente ecológico, com vistas a um melhor futuro aos jovens. Nessa perspectiva futura, a cidadania vai além do Estado ou de direitos e parte à expressão confiante numa ampla concepção de cultura. Hoje, com a cidadania globalizada presente, há novos aspectos que apoiam essa mudança. Alguns deles são o pensamento no próximo e no coletivo, bem como no bem geral da nação, na religiosidade e no outro, com respeito e empatia.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) afirma que o conceito de cidadania envolve a ação de forma pessoal e coletiva com “[...] autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários” (BRASIL, 2018, n.p.). Nessa perspectiva, a base que diretriza a Educação Básica brasileira indica que a cidade é associada também a um pensamento empático com o próximo, ligada a direitos e deveres presentes na relação com os demais e na aquisição das habilidades necessárias para o desenvolvimento.

Na obra “Ética e cidadania, construindo valores na escola e na sociedade”, Pátaro, Araújo e Arantes (1997) afirmam que “a base de sustentação das ações de ética e de cidadania pode ser a organização e funcionamento em cada escola do Fórum Escolar de Ética e de Cidadania” (p. 17). Mas para que este fórum funcione, são necessárias ações que envolvam esses conteúdos na didática escolar, fortalecendo a comunidade escolar em segmentos diversos de aprendizagem.

1.4 Relação entre ética, educação e cidadania

A ética, educação e cidadania se relacionam de forma flexível: uma depende da outra para fortalecer a aprendizagem do indivíduo. A educação favorece a ética e contribui para uma sociedade moralmente esclarecida, com oportunidades de progresso intelectual, científico e tecnológico. Nesse sentido, Bittar afirma que a:

[...] educação para a cidadania não somente é direito de todos, mas sobretudo uma conquista de uma sociedade que se quer ver emancipada de suas grades estreitas e restritas, em que preponderam a falta de tecnologia, a falta de informação, a falta de instrumentos de progresso, a falta de consciência para o exercício do voto, a falta de preparo dos eleitos para a condução dos negócios públicos, a falta de interação civilizada e sincronizada entre membros da sociedade civil e associações (BITTAR, 2016, p. 72).

Para que isso aconteça, é necessário praticar e sintonizar a ética e a educação, com objetivo de formar cidadãos. Nesse processo, as crianças devem ser ensinadas a enfrentar obstáculos burocráticos no caminho do conhecimento, em libertação dos laços com uma sociedade presa no passado e conformista.

Na obra “Ética e cidadania, construindo valores na escola e na sociedade”, Cortina (2003) relaciona ética com educação e entende que a:

[...] educação do cidadão e da cidadã deve levar em conta a dimensão comunitária das pessoas, seu projeto pessoal e também sua capacidade de universalização, que deve ser exercida dialogicamente, pois, dessa maneira, elas poderão ajudar na construção do melhor mundo possível, demonstrando saber que são responsáveis pela realidade social (CORTINA, 2003, p. 113).

Nessa perspectiva, o olhar do indivíduo deve contemplar a comunidade com a qual convive, em busca de diálogo sem preconceito cultural, religioso e social, aberto a pensamentos diversos, movimentos contrários. Nesse entendimento, todos precisam ser respeitados por todos no objetivo de uma sociedade melhor. Essas são situações importantes para a construção da cidadania, que visam a inclusão social e direitos humanos e confirmam os direitos à sobrevivência em uma sociedade democrática.

Para Saviani (2013), a consideração dessa relação entre educação, ética e cidadania reflete na formação do cidadão consciente de seus direitos e deveres. A educação surge como mediadora de uma prática social igualitária, em que:

[...] a educação é entendida como instrumento, como um meio, como uma via através da qual o homem se torna plenamente homem apropriando-se da cultura, isto é, a produção humana historicamente acumulada. Nesses termos, a educação fará a mediação entre o homem e a ética permitindo ao homem assumir consciência da dimensão ética de sua existência com todas as implicações desse fato para a sua vida em sociedade. Fará, também, a mediação entre o homem e a cidadania, permitindo-lhe adquirir consciência de seus direitos e deveres diante dos outros e de toda a sociedade... Em outros termos, pela mediação da educação, será possível construir uma cidadania ética e, igualmente uma ética cidadã (SAVIANI, 2013, p. 1).

Sendo a educação mediadora da prática da ética que apoia a formação do cidadão, ela requer políticas públicas sérias de investimento direto autêntico, direcionado exclusivamente à educação. Isso permite e sustenta o sonho de uma sociedade melhor e mais igualitária.

No sexto capítulo do livro “ética como substantivo concreto”, Siqueira afirma que o:

[...] exercício da ética na escola passa pela vivência de valores democratizantes no convívio entre os pares nas ações, especialmente entre professores e alunos, que é marcada por uma assimetria, dada a autoridade, salutar do professor, por dominar regras de um conhecimento específico; e as, também importantes, na relação entre aluno e aluno, que mesmo sem a marca da assimetria, desenvolve-se por meio de confrontações de poder, de força e sabedoria (SIQUEIRA, 2014, p. 121).

A proeminência da educação entre pares mostra uma prática diferenciada, com ações de aluno a aluno que evidenciam o respeito mútuo, entre professor e estudante que salientam sua capacidade de mediar regras e exercícios diários e que oferecem exemplos de democracia e fortalecem a formação cidadã.

CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA

Esta dissertação pauta-se no método fenomenológico de Husserl, que significa estudo dos fenômenos, daquilo que aparece à consciência, buscando explorá-lo. Surgiu através da observação simples do cotidiano, a partir da experiência humana como se manifesta esse comportamento. Merleau-Ponty (1999) afirma que a fenomenologia é o estudo das essências.

definir essências: a essência da percepção, a essência da consciência, por exemplo. Mas a fenomenologia é também uma filosofia que repõe as essências na existência, e não pensa que se possa compreender o homem e o mundo de outra maneira senão a partir de sua 'facticidade'. É uma filosofia transcendental que coloca em suspenso, para compreendê-las, as afirmações da atitude natural, mas é também uma filosofia para a qual o mundo já está sempre 'ali', antes da reflexão, como uma presença inalienável, e cujo esforço todo consiste em reencontrar este contato ingênuo com o mundo, para dar-lhe enfim um estatuto filosófico. É a ambição de uma filosofia que seja uma 'ciência exata', mas é também um relato do espaço, do tempo, do mundo 'vivos'. É a tentativa de uma descrição direta de nossa experiência tal como ela é, e sem nenhuma deferência à sua gênese psicológica e às explicações causais que o cientista, o historiador ou o sociólogo dela possam fornecer, e todavia Husserl, em seus últimos trabalhos, menciona uma 'fenomenologia genética' e mesmo uma 'fenomenologia construtiva' (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 1).

A pesquisa dessa natureza é fundamentada principalmente em análises qualitativas. Uma das suas características centrais é a não utilização de instrumental estatístico na análise dos dados (BARDIN, 2011; VIEIRA; ZOUAIN, 2006).

Richardson (1999) menciona que “[...] os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais” (p. 80). O mesmo autor ressalta que estes estudos podem, também, “contribuir no processo de mudança de um determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos” (*ibidem*).

Dessa forma, a pesquisa qualitativa “[...] atravessa disciplinas, campos e temas” (Denzin e Lincoln, 2006, p. 16), e envolve o uso e a coleta de uma variedade de materiais empíricos. Ainda conforme estes autores, a sociologia representa a origem da pesquisa qualitativa, no estudo da vida dos grupos humanos, e na antropologia, com o início dos métodos de trabalho de campo. Para a crítica científica social, a investigação científica não é somente um tipo específico de teoria social, mas também uma metodologia ou filosofia. Logo, conforme Denzin e Lincoln (2006), ela inicia de objetivos exploratórios mais amplos que oferecem foco para o estudo, relacionado ao tempo e ao contexto histórico.

As técnicas qualitativas visam a experiência das pessoas e seu relativo significado em semelhança a eventos, processos e estruturas implantados em cenários sociais (SKINNER; TAGG; HOLLOWAY, 2000). A abordagem qualitativa foi descrita por Rodrigues e Limena como aquela que:

[...] não emprega procedimentos estatísticos ou não tem, como objetivo principal, abordar o problema a partir desses procedimentos. É utilizada para investigar problemas que os procedimentos estatísticos não podem alcançar ou representar, em virtude de sua complexidade. Entre esses problemas, poderemos destacar aspectos psicológicos, opiniões, comportamentos, atitudes de indivíduos ou de grupos. Por meio da abordagem qualitativa, o pesquisador tenta descrever a complexidade de uma determinada hipótese, analisar a interação entre as variáveis e ainda interpretar os dados, fatos e teorias (RODRIGO; LIMENA, 2006, p. 90).

A abordagem qualitativa, descrita por Minayo (2001; 2007), tem fundamento na premissa de que o conhecimento sobre as pessoas só é possível pela descrição da experiência humana. O mundo real teria o sujeito como um vínculo indissociável do mundo objetivo com a subjetividade, tal como ela é vivida e definida pelos seus próprios atores.

Portanto, há um engendramento dos objetos de análise no campo das relações sociais, sob a influência de determinantes históricos, ideológicos, culturais, econômicos, políticos e sociais. Por conseguinte, esses objetos são guiados pela reflexão e crítica contínua, e articulam sujeito e objeto do conhecimento. Por essa interpretação é possível entender o “[...] cotidiano e as experiências do senso comum, interpretadas e reinterpretadas pelos sujeitos que as vivenciam” (MINAYO, 2007, p. 24). A autora continua:

A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p. 14).

Desta forma, a determinação do sujeito da pesquisa decorre da satisfação do conteúdo empírico. Isso, contudo, não desconsidera os dissensos, as diferenças e as especificidades representadas nas falas das variadas representações (MINAYO, 2007). Assim, a experiência e a vivência ocorrem no terreno da coletividade, contextualizadas pela cultura do grupo social de sua inserção (MINAYO, 2001; 2007). Ainda para Minayo (2007), a observação permite alcançar a essência de fenômenos e de situações, com incalculável importância na formação da realidade do sujeito e de seu contexto (MINAYO, 2007).

Creswel (2010) ressalta que, na perspectiva qualitativa, a fonte direta das informações é o ambiente natural, e o pesquisador assume papel de instrumento. Os dados que sustentam uma pesquisa dessa natureza são descritivos, com o processo ao centro da prática, com valor e dimensão maior que a do próprio produto. Assim, o interesse do pesquisador quando investiga um problema é identificar como ele se manifesta nas atividades, procedimentos e interações cotidianas.

Na ótica de Creswell (2010), a pesquisa qualitativa oportuniza a exploração e compreensão do significado atribuído por indivíduos ou os grupos a um problema social, ou humano. Segundo este autor, os procedimentos qualitativos têm por base dados de texto e imagem, com passos singulares em sua análise sustentadas por diferentes estratégias de investigação.

Ainda Creswell (2010) afirma que as características de uma pesquisa qualitativa são:

- a) O ambiente natural (coleta a campo);
- b) a centralidade do pesquisador como instrumento (como elemento que se insere no campo, *in loco*);
- c) a pluralidade de fontes de dados (a exemplo de entrevistas, observações e documentos, entre outros);
- d) a análise indutiva dos dados coletados (criação de padrões próprios); significado dos participantes (sentido oferecido pelos participantes ao problema);
- e) a inclinação teórica (sustentação de conceitos de base preexistentes para interpretar seus estudos) e
- f) a natureza interpretativa (os pesquisadores, os participantes e também os leitores interpretam os dados oferecidos).

Sendo assim, Garnica (2004) aponta a pesquisa qualitativa como aquela que apresenta as seguintes características:

- a) a transitoriedade de seus resultados;
- b) a impossibilidade de uma hipótese a priori, cujo objetivo da pesquisa será comprovar ou refutar;
- c) a não neutralidade do pesquisador que, no processo interpretativo, vale-se de suas perspectivas e filtros vivenciais prévios dos quais não consegue se desvencilhar;
- d) que a constituição de suas compreensões dá-se não como resultado, mas numa trajetória em que essas mesmas compreensões e também os meios de obtê-las podem ser (re)configuradas; e
- e) a impossibilidade de estabelecer regulamentações, em procedimentos sistemáticos, prévios, estáticos e generalistas (GARNICA, 2004, p. 86).

Em harmonia com essas características, Araújo e Borba (2004) enfatizam que a pesquisa qualitativa apresenta em seu fundo uma visão de conhecimento sintonizada a procedimentos como entrevistas, análises de vídeos, interpretações e outros procedimentos similares.

Para Lopes (2005), a análise descritiva ocorre em momentos diferentes, a saber:

- a) Procedimentos técnicos de organização, crítica e classificação dos dados coletados, com manipulação dos dados em busca de tendências na documentação obtida; categorização para identificar campos de sentido; identificação e seleção de significação para o tratamento analítico e obtenção de conhecimento prévio das possibilidades da documentação em relação aos objetivos teóricos e práticos da investigação;
- b) Procedimentos analíticos para construção do objeto empírico, obtidos operacionalmente pelos métodos técnicos descritivos, que para a nossa pesquisa será utilizada, em principal, a entrevista.

Nesta dissertação, os formulários preenchidos passaram por análise interpretativa. As conclusões foram expostas conforme aquilo que, de algum modo, auxilia no processo de análise, as limitações e as recomendações. O primeiro contato feito com os professores que aceitaram participar da pesquisa ocorreu pelo WhatsApp, devido a pandemia da covid-19, que tornou não recomendada a abordagem presencial. O e-mail foi utilizado para envio, em contato posterior, do formulário de cinco perguntas (elaborado para o estudo) e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aos professores do Ensino Fundamental I da Educação Básica. O formulário contém as seguintes perguntas:

- 1) Levando em conta o que acontece diariamente no trabalho, quais os fatos que você considera como de ordem moral e de ordem ética? Cite alguns exemplos;
- 2) O que acontece no seu dia a dia profissional que você considera um comportamento ético ou não ético?
- 3) Se você percebe a presença da ética nas escolas, explique como ela deveria se manifestar?
- 4) Na atuação do professor perante os alunos, o que mais importa: como ele se apresenta ou como ele atua? Por quê?
- 5) Pensando na atuação do professor diante dos alunos, explique qual a alternativa mais completa: a) como ele se apresenta (suas vestes, linguagem etc.) ou b) sua atuação (com compromisso social, preocupação com a aprendizagem ou formação do aluno etc.)?

Essas perguntas foram respondidas pelos seguintes atores educacionais:

- Professor de arte que atua no Ensino Fundamental I;
- Professor de Educação Física que atua no Ensino Fundamental I;
- Professores regentes da Educação Básica.

Assim, participaram do estudo um total de 10 docentes, atuantes em três escolas públicas do município de Campo Grande – MS que, por sua vez, autorizaram a integração dos mesmos à pesquisa. Para possibilitar o estudo, foi solicitada a autorização da Secretaria de Educação (SEMED) do município de Campo Grande, MS, através de carta-solicitação. A seleção das escolas ocorreu pela demanda de trabalho da pesquisadora, e todas apresentam grande porte e volume de atendimento de alunos – localizadas em áreas periféricas do município campo de pesquisa. E os professores como foram escolhidos? Foram convidados por terem relação próxima com a pesquisadora? Foi enviada a mensagem de muitos e somente dez responderam?

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com Seres Humanos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), sob o CAAE: 42235620.4.0000.8030.

CAPÍTULO 3 - ANÁLISE E DISCUSSÃO

A pesquisa descritiva exige uma série de informações criteriosas, com o objetivo de descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade a respeito dos problemas investigados. Para esta fonte:

[...] os estudos descritivos podem ser criticados porque pode existir uma descrição exata dos fenômenos e dos fatos. Estes fogem da possibilidade de verificação através da observação. Ainda para esse autor, às vezes não existe por parte do investigador um exame crítico das informações, e os resultados podem ser equivocados; e as técnicas de coleta de dados, como questionários, escalas e entrevistas, podem ser subjetivas, apenas quantificáveis, gerando imprecisão (TRIVIÑOS, 1987, p. 112).

Os participantes da pesquisa associaram suas ideias nos questionários, que foram analisados de acordo com a fala registrada, a resposta em linguagem textual, em articulação da fala do pesquisador.

De início, a previsão era aplicar as entrevistas nos locais de trabalho de cada professor. Todavia, com a pandemia de covid-19, isso mudou. Conforme as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS) de 30 janeiro 2020, que a epidemia desencadeada pelo novo coronavírus determinou uma emergência de saúde pública a nível mundial. Isso trouxe a preferência pelo distanciamento social (OMS, 2020). Nessa realidade, a dinâmica das entrevistas foi alterada e convertida em cinco perguntas enviadas por e-mail para os participantes.

Para cumprir ao isolamento social, de acordo com a orientação do Regulamento Sanitário Internacional, o primeiro contato com os professores ocorreu pelo telefone, para o convite à pesquisa. Aqueles que concordaram receberam um e-mail contendo o questionário de cinco perguntas e TCLE. A pesquisa foi realizada entre os meses de novembro e dezembro de 2021.

Com o objetivo de nortear e subsidiar as respostas dos professores foram aplicadas as seguintes perguntas:

- 1) Levando em conta o que acontece diariamente no trabalho, quais os fatos que você considera como de ordem moral e de ordem ética? Cite alguns exemplos;
- 2) O que acontece no seu dia a dia profissional que você considera um comportamento ético ou não ético?
- 3) Se você percebe a presença da ética nas escolas, explique como ela deveria se manifestar?

- 4) Na atuação do professor perante os alunos, o que mais importa: como ele se apresenta ou como ele atua? Por quê?
- 5) Pensando na atuação do professor diante dos alunos, explique qual a alternativa mais completa: a) como ele se apresenta (suas vestes, linguagem etc.) ou b) sua atuação (com compromisso social, preocupação com a aprendizagem ou formação do aluno etc.)?

Em parte, algumas dessas perguntas evidenciam se o professor deseja se apresentar superior ao aluno ou no mesmo nível dele e se valoriza seu local de trabalho através de sua linguagem e da sua vestimenta.

3.1 Participante 1

O primeiro participante (P1) da pesquisa é formado em Pedagogia, atua no 5º ano do Ensino Fundamental I, lotado 40 horas numa escola do município de Campo Grande – MS.

P1 relata que “é possível ensinar valores éticos e morais”, e afirma que “em muitos casos, eles [os alunos] não têm acesso a nenhuma orientação de valores éticos e morais”. O docente comenta que as famílias não orientam tais valores. De acordo com Bourdieu (1984) *apud* (COOL, 1999, p. 159), a princípio, “[...] a família tem um papel de primeira ordem, por que, juntamente com a escola, é a responsável pela a transmissão cultural, a sua eficiência depende do grau em que a mesma família participa dessa cultura”. Todavia, não há como saber qual seria a maneira certa para essa família, pois este é um processo de vivência humana, da vida em sociedade.

O participante P1 narra que “a ética e um princípio norteador das nossas ações na escola ou em outro ambiente, sendo um comportamento ético quando você é respeitado em suas opiniões, na cooperação ao próximo, no respeito a hierarquias conquistando um respeito mútuo no ambiente escolar”. Ele esclarece também que a atuação do professor reflete diretamente na aprendizagem e conduta dos seus alunos. A esse respeito, afirmam Devries e Zan:

Na relação professor-aluno o educador não procura usar a obediência para controlar, mas utiliza a cooperação, pois sugere, pede, persuade, permitindo que os alunos reflitam sobre qual serão suas ações e tomem suas próprias decisões, o que evita os conflitos. O professor com está prática, estimula a criança a pensar e agir de forma autônoma (DEVRIES; ZAN, 1998, p.16).

Nesse sentido, para Freire (1992, p. 113), “[...] quando o professor assume esta postura [dialógica] ele se percebe agente transformador notando que [...] sua experiência na escola é apenas um momento, mas um momento importante que precisa ser autenticamente vivido”.

3.2 Participante 2

O segundo participante, P2, comenta sobre uma moral e ética administrativa, quando afirma: “observo aqui [que] advertências ou penalidades devem ser aplicadas a alguns profissionais e outros não, quando se trata do mesmo tipo [de] problema. Isso perpassaria a falta de ética por parte de quem faz o julgamento”. Na discussão desse assunto, Freitas afirma que:

O princípio da moralidade, no campo das relações administrativas, não há de ser entendido como o conjunto de máximas deontológicas extraídas da disciplina interna da Administração. Na realidade, significa bem mais: diz como os padrões éticos superiores de determinada sociedade, de acordo com os quais não se admite, no âmbito da gestão pública, a universalização daquelas máximas de conduta que conduzem ao perecimento dos liames sociais, axiologicamente (FREITAS, 2009, p. 89-90).

P2 fala também do comportamento ético do professor: entende que “[...] é o professor que cumpre com responsabilidade o seu dever, com vistas a integridade do desenvolvimento da aprendizagem dos alunos sob sua tutela.” Freire (2006), na obra *Pedagogia da Autonomia*, fala da prática educativa e do compromisso da responsabilidade do professor, quando afirma:

Não é possível pensar os seres humanos longe, sequer, da ética, quanto mais fora dela. Estar longe ou pior, fora da ética, entre nós, mulheres e homens é uma transgressão. É por isso que transformar a experiência em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador. Se se respeita a natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos não pode dar-se alheio à formação moral do educando (FREIRE, 2006, p. 18).

Nessa perspectiva, a ética envolve a responsabilidade na educação dos tutelados, pela transmissão de exemplos pelas atitudes, que contribuem para a formação do caráter do indivíduo que se encontra em transformação.

3.3 Participante 3

O terceiro participante, P3, é docente com graduação em Pedagogia, com lotação de 40 horas como regente no 4º e 5º anos das escolas da Rede Municipal de Ensino (REME) de Campo Grande, MS. P3 citou como exemplos de ordem moral e ética:

[...] como ordem moral, temos que realizar uma série de situações na escola ou na vida que devem ser uma ordem imposta pela sociedade e leis. Já na ordem ética, você vai se comportar conforme seus princípios e educação (P3).

De acordo com Vasquez (2003, p. 2), moral “[...] é um comportamento pautado por normas, em que consiste o bom — visado pelo comportamento moral, do qual faz parte o procedimento do indivíduo concreto ou o de todos”. Entretanto, Tadêus e Cunha (2009, p. 142) dizem que “[...] o comportamento do homem em sociedade é construído através da educação, que gera as normas necessárias ao bom convívio”. P3 diz ainda que, no cotidiano profissional, em “[...] contrapartida, profissionais não éticos falam mal dos colegas e agem de forma medíocre, demonstrando falta de ética e muito menos *[sic]* profissionalismo.” Com essas afirmações, a compreensão da participante avança ao campo da deontologia:

[...] a deontologia ou ética profissional caracteriza-se como um conjunto de normas e princípios que tem por fim orientar as relações dos profissionais com seus pares, destes com seus clientes, com sua equipe de trabalho, com as instituições a que servem, dentre outros. Como sua margem de aplicação é limitada ao círculo profissional, faz com que essas normas sejam mais específicas e objetivas (PASSOS, 2006, p. 108)

Sobre a atuação do professor frente aos alunos, há convergência entre os pensamentos de P2 e P3, e ambos destacam a importância de transformar a experiência em um treino diário, com respeito à formação moral que o educando traz do seu ambiente familiar.

3.4 Participante 4

O quarto docente a integrar o estudo (P4) tem graduação em Pedagogia, e integra o quadro de efetivos, com lotação de 40 horas do município de Campo Grande, com atuação em uma escola agrícola. P4 respondeu a primeira pergunta da seguinte forma: “alguns fatos que ocorrem em nosso trabalho, algumas atitudes que vejo — como chegar atrasado ao trabalho, entregar planejamento com atraso, não estar na sala de aula no horário correto para início da aula — considero ordem moral”. Essa visão é coerente com a de Durkheim (1994), quando

afirma que a moral é um conjunto de valores, regra e norma que direcionam as condutas dos seres humanos, e que é construído socialmente.

Para Chauí (2003, p. 307), a moral “[...] significa os hábitos de conduta e de comportamento instituídos por uma sociedade em condições históricas determinadas.” Por sua vez, na concepção de P4, a ética estaria “[...]relacionada ao modo de ser professora com caráter de querer realizar bem meu serviço”. No entender de Chauí:

Para que haja conduta ética, é preciso que exista o agente consciente, isto é, aquele que conhece a diferença entre bem e mal, certo e errado, permitido e proibido, virtude e vício... consciência e responsabilidade são condições indispensáveis da vida ética... Tem a capacidade para avaliar e pesar as motivações pessoais, as exigências feitas pela situação, às consequências para si e para os outros, a conformidade entre meios e fins... (CHAUÍ, 2005, p. 308).

Isso possibilita a dedução de que os princípios éticos têm fundamento na consciência e, por essa razão, orientam as ações e o comportamento dos indivíduos, sem normas e rígidas regras. Dessa maneira, compreende que:

[...] o professor deve ser professor. Não apenas estar em um lugar realizando ações somente pela exigência do cargo. O professor precisa ser realmente professor, gostar do que faz, se envolver, usar linguagens adequadas para o ambiente escolar, utilizando vestimenta que não seja desrespeitosa com o ambiente, pois usamos roupas para mostrar aquilo que os outros queiram ver ou não (P4).

No entender de P4, o professor é um profissional que se caracteriza pelo compromisso com a formação integral do aluno.

3.5 Participante 5

O quinto participante (P5) é docente Especialista em Educação Especial, que atua nas salas de aula do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental do Município de Campo Grande, MS. Em seu texto, P5 afirma: “de ordem moral considero que sejam as normas e regras que a escola tem como proposta para os funcionários”. Em apoio ao pensamento do docente estão Tadêus e Cunha (2009), quando afirmam que a moral diz respeito a “[...] um conjunto de normas que regulam o comportamento do homem em sociedade, e estas normas são adquiridas pela educação, pela tradição e pelo cotidiano” (p. 142).

Então, para P5, a moral envolve normas, princípios e regras de comportamento individuais e sociais que representam o certo e o errado no convívio com os pares, com o próximo. Ainda, P5 expressa: “percebo que a ética é quando respeito o espaço do outro, e ser

não ético é ultrapassar o limite do outro”. Esse pensamento é reforçado pela concepção do professor Sanchez Vazques (2003, p.23), quando afirma que “a ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade”. Ou seja, é ciência de uma forma específica de comportamento humano. Em relação ao comportamento, de quem se preocupa com o próximo, com a harmonia e o viver social.

P5, na pergunta sobre o agir docente, responde que “A atuação do professor frente aos alunos é com compromisso social, preocupado com a aprendizagem e formação do aluno”. No seu entender, cabe ao professor a responsabilidade da aprendizagem do aluno e o comprometimento em formar cidadãos. Para Freire (2006), a forma de atuar docente é muito importante, o que pode ser visto em sua afirmação de que “[...] não posso ser professor sem me pôr diante dos alunos, sem mostrar a eles com facilidade ou relutância minha maneira de ser, de pensar e de agir” (p. 59). Nesse recorte, bem como na obra como um todo, Freire (2006) expressa sua concepção sobre a ética do professor, e reafirma que, sem uma conduta sincera e verdadeira do docente, é impossível manter uma relação saudável entre professor e aluno.

3.6 Participante 6

O sexto docente a integrar a pesquisa (P6) tem graduação (licenciatura) em Educação Física e especialização em Educação Especial, Gestão e Coordenação Escolar, com experiência de atuação no 4º e 5º ano do Ensino Fundamental em Campo Grande, MS.

Sobre as questões levantadas nesta pesquisa, P6 expressou que: “[...] comportamento ético é um conjunto de valores e princípios corretos, acolhedores, que apoiam, ajudam e auxiliam seu colega de trabalho”. Todavia, o docente não demonstrou preocupação com a relação educador e aluno, e deu a entender que sua ética está mais voltada à relação professor *versus* professor. Para Vazques (2003), “[...] a ética é uma ciência que estuda o comportamento do ser humano, observando sua conduta frente ao próximo, suas atitudes perante a vida com objeto de mudar velhos hábitos por hábitos e mais saudáveis” (p.20). Além disso, P6 afirma que percebe a ética nas escolas da seguinte forma: “a ética no ambiente escolar deve ser cultuada em todos os recintos, garantindo boa convivência e, assim, aprimorando o respeito ao próximo, valorizando o ser humano por trás de todo profissional.”

Da mesma forma, Vinha (2000) afirma que “[...] a escola tem que construir um ambiente propício, para que a criança experiencie situações que a levem a construir seus valores morais, situação de respeito mútuo, de justiça, de cooperação” (p. 144). Para Saviani (2011), a

escola “é uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado” (p. 14). Em conformidade com Vinha (2000) e Saviani (2011), é necessário um ambiente adequado para a elaboração de um plano de ação capaz de desenvolver esses valores.

3.7 Participante 7

O sétimo participante do estudo (P7) é docente efetivo da REME de Campo Grande, MS, com graduação em Arte e especialização em Psicopedagogia. Referente a primeira pergunta, com o tema de ordem moral e ética, P7 relata que “no ambiente onde trabalho é falado muito sobre ética. O comportamento adequado para ter um ambiente de respeito com o outro.” Nesse primeiro momento, P7 relata aquilo que ouve em seu ambiente de trabalho, que se relaciona com a citação de Droit (2012), “a ética faz com que o homem se pergunte qual a melhor maneira de agir” (n.p.) e mais, “[...] a ética é, antes de tudo, o conjunto de reflexões — O que devo fazer? Como devo me comportar?” (*ibidem*). Tais questões sugerem presença no meio de trabalho de P7 por seu relato. A respeito do seu cotidiano profissional, P7 afirma que “a imagem profissional precisa [ser de quem está pronto a] sempre servir, ajudar o cliente, no caso da escola, os alunos e a sociedade.” Dessa forma, o entrevistado mostra o que entende por um profissional ético. Nesse aspecto, as afirmações confirmam as alegações de Silva:

A ética profissional está ligada à postura que se espera de um profissional, no exercício de uma determinada tarefa ou profissão. Ou seja, é a conduta que o indivíduo deve observar em sua atividade, no sentido de valorizar a profissão ou atividade laboral e bem servir aos que dela dependem (SILVA, 2012, p. 17).

Desta maneira, tanto Silva (2012) quanto P7 são coesos na afirmação de que o professor precisa saber conduzir sua conduta no ambiente profissional, com equilíbrio em suas ações e coesão aos objetivos da docência. O integrante afirma que o professor precisa levar o outro em consideração, e “[...] não perder o alto controle e o raciocínio para resolver conflitos e ser modelo de referência para seus clientes [alunos e pais]” (P7).

Na continuidade de seu discurso, P7 afirma que “a ética são valores que devemos carregar com clareza em nossos relacionamentos, respeitar o outro [e] o ambiente de trabalho”. Dessa forma, o integrante do estudo expressa seu entendimento de que, no ambiente de trabalho, é necessário preservar o respeito ao próximo como primeira regra de qualquer relacionamento social fundamental na docência.

3.8 Participante 8

O oitavo participante do estudo (P8) é docente efetivo da REME de Campo Grande, MS, com graduação em Pedagogia e Especialização em Psicopedagogia, e experiência em salas de 4º e 5º do Ensino Fundamental. Este docente afirma, sobre fatos de ordem moral e ética que, no seu entender, não apresentam distinção entre si. Ele diz que “a ética começa pelo respeito, o compromisso com a verdade, as normas e as leis que regem a sociedade e especificamente, no trabalho escolar.”

P7 adota uma abordagem que remete a Vazques (2003), quando afirma que “[...] a moral é um conjunto de normas, aceitas livre e conscientemente, que regulam o comportamento individual e social dos homens” (p. 63). Com isso, ela também é um conjunto de regras que envolve tradição e costumes, responsáveis por determinar uma boa convivência em sociedade. Ainda mais: segundo Chauí (2003), a moral “[...] significa os hábitos de conduta e de comportamento instituídos por uma sociedade em condições históricas determinadas” (p. 307).

P8 refere também que “o compromisso com a transparência, com a competência, com o respeito das pessoas que trabalham juntas é fundamental”. Com essa afirmação, o participante referencia a ética profissional. Quando diz que a ética representa a aplicação de práticas carregadas de competência, transparência e na atuação profissional, P8 pressupõe uma finalidade suficientemente definida nessa prática.

3.9 Participante 9

O nono participante deste estudo (P9) é professor da REME de Campo Grande-MS, com graduação em Pedagogia, especialização em Psicopedagogia e experiência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. P9 afirma que o comportamento ético ou não do docente perante seus alunos é relacionado com o seguinte fato: “[...] o comprometimento, a responsabilidade e os princípios[que] levam a construir um trabalho de valor e isso será a todo momento refletido nas atitudes e comportamentos do professor [que serão] vistos pelos alunos”. Sobre esse pensamento, o autor do livro “A Filosofia da Educação Através de Núcleos Temáticos”, afirma que:

O homem é um ser que se guia por valores de diferente ordem. A ética constitui uma das formas de valorar utilizadas pelo ser humano, e isso nos leva à necessidade de construir um sistema valorativo dos diferentes níveis de atuação humana segundo o sistema social em que estivermos inscritos (TRUJILLO, 2022, p. 222).

Dessa forma, é possível compreender que o professor representa um instrumento de formação e transmissão de valores referendados pela sociedade. Em retorno ao expresso por P9, em determinado momento, o docente lamenta que nem todos os profissionais cumpram o que deles é esperado e, com isso, cabe aos demais não se deixar influenciar pelos que são insuficientes em seu trabalho. Entende ainda o professor que “[...] a ética profissional de um professor inclui vários aspectos [que vão] desde suas vestimentas e maneira de falar ao compromisso social em relação à aprendizagem e formação humana”.

3.10 Participantes 10

P10, o décimo integrante deste estudo, tem graduação em Pedagogia e atua também na REME de Campo Grande, MS. Especialista em Psicopedagogia e com vasta experiência em salas de aula de 4º e 5º ano do Ensino Fundamental I. Para P10, a ética se refere “[...] as regras e normas estabelecidas nas escolas e instituições.” Esse entendimento é conforme ao apresentado por Trujillo:

Os atos éticos são de consciência, os morais são de compulsão e, por isso, existe uma punição para cada ação moral imposta pela sociedade e não aceita pelo indivíduo. O ato ético é resultado de uma necessidade do homem que opta por viver em sociedade. A ação moral é uma imposição da sociedade ao sujeito que transgrede a ordem coletiva (TRUJILLO, 2022, p. 222).

Dessa forma, P10 não diferencia a ética de regras e normas no ambiente escolar. Mas acredita que “a falta de ética leva a um trabalho individual e egoísta, apenas voltado para o interesse pessoal, esquecendo do público-alvo”. Quando P10 fala do público-alvo, refere aos alunos, que aprendem com os exemplos dos docentes a respeito do modelo de convivência em grupo e respeito ao próximo.

4 SÍNTESE DAS RESPOSTAS

Este capítulo contém um quadro de informações (Quadro 2), desenvolvido a partir das narrativas dos participantes sobre ética e moral.

Quadro 2 - Síntese das respostas dos participantes que participaram da pesquisa

Continua

Participantes	Moral x Ética	Ética nas escolas	Atuação do professor
P1	Relata que “é possível ensinar valores ética e moral”.	“A ética é um princípio norteador das nossas ações na escola”.	“A atuação do professor reflete diretamente na aprendizagem e conduta dos seus alunos”.
P2	“Observo aqui [na escola em que atua] advertências ou penalidades [que] devem ser aplicadas a alguns profissionais e [a] outros não, quando se trata do mesmo tipo [de] problema. Isso perpassaria a falta de ética por parte de quem faz o julgamento”.	-	“É o professor que cumpre com responsabilidade o seu dever, com vistas à integridade do desenvolvimento da aprendizagem dos alunos sob sua tutela”.
P3	“Como ordem moral, temos que realizar uma série de situações na escola ou na vida que devem ser uma ordem imposta pela sociedade e leis; já na ordem ética, você vai se comportar conforme seus princípios e educação”.	-	“Em contrapartida, profissionais não éticos falam mal dos colegas e agem de forma medíocre, demonstrando falta de ética e muito menos profissionalismo”.
P4	“Alguns fatos que ocorrem em nosso trabalho, algumas atitudes que vejo - como chegar atrasado ao trabalho, entregar planejamento com atraso, não estar na sala de aula no horário correto para início da aula - considero ordem moral”.	-	“Está relacionada ao modo de ser do professor, com caráter de querer realizar bem meu serviço”.
P5	“De ordem moral, considero que sejam as normas e regras que a escola tem como proposta para os funcionários” “Percebo que a ética é quando respeito o espaço do outro, e ser não ético é ultrapassar o limite do outro”.	-	A atuação do professor frente aos alunos é com compromisso social, preocupado com a aprendizagem e formação do aluno”.
P6	“[...] comportamento ético é um conjunto de valores e princípios corretos, acolhedores, que apoiam, ajudam e auxiliam seu colega de trabalho”.	“A ética no ambiente escolar deve ser cultuada em todos os recintos, garantindo boa convivência e assim, aprimorando o respeito ao próximo, valorizando o ser humano por trás de todo profissional”.	-

Quadro 2 - Síntese das respostas dos participantes que participaram da pesquisa

Conclusão

Participantes	Moral x Ética	Ética nas escolas	Atuação do professor
P7	“A ética são valores que devemos carregar com clareza em nossos relacionamentos, respeitar o outro [e] o ambiente de trabalho”.	“No ambiente onde trabalho é falado muito sobre ética. O comportamento adequado para ter um ambiente de respeito com o outro”.	“Não perder o autocontrole e o raciocínio para resolver conflitos e ser modelo de referência para seus clientes [alunos e pais]”.
P8	“A ética começa pelo respeito, o compromisso com a verdade, as normas e as leis que regem a sociedade e especificamente, no trabalho escolar”.	-	“O compromisso com a transparência, com a competência, com o respeito das pessoas que trabalham juntas é fundamental”.
P9	“O comprometimento, a responsabilidade e os princípios [que] levam a construir um trabalho de valor e isso será a todo momento refletido nas atitudes e comportamentos do professor [que serão] vistos pelos alunos”.	-	“A ética profissional de um professor inclui vários aspectos desde suas vestimentas e maneira de falar ao compromisso social em relação à aprendizagem e formação humana”.
P10	“As regras e normas estabelecidas nas escolas e instituições”.	-	“ A falta de ética leva a um trabalho individual e egoísta apenas voltado para o interesse pessoal, esquecendo do público-alvo”.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

4.1 Participantes – Moral x Ética

A partir da síntese das respostas de P1 evidenciam que o docente não reconhece a diferença entre moral e ética, apenas afirma ser possível trabalhar esses temas na escola. P2 relata que as problemáticas que acontecem na escola são tratadas da mesma forma, sem identificar ou diferenciar a moral da ética. P3 conceitua a moral como regras da sociedade, e ética como princípios de educação familiar. P4 descreve a moral como regras para o cumprimento na escola, e trouxe como exemplo o chegar atrasado em sala de aula. P5 define a moral como normas e regras no ambiente escolar, e ética como respeito mútuo. P6 entende ética como assumir um comportamento correto com os colegas. P7 identifica a ética como valores que ajudam no ambiente de trabalho. P8 compreende a ética como o compromisso de cumprir as leis na sociedade. P9 compara a ética ao comportamento do professor e suas atitudes frente aos seus alunos. P10 interpreta ética como normas e regras, sem entendimento da diferença entre moral e ética.

4.2 Participantes – Éticas nas escolas

A análise das respostas de P1 indica que o docente entende que a ética nas escolas norteia as ações tomadas neste ambiente. P6 compreende a ética no ambiente escolar como um propósito necessário neste meio. P7 percebe a ética nas escolas como um comportamento adequado para o convívio com o próximo.

4.3 Participantes – Atuação do professor

Na análise da atuação do professor, P1 afirma que o perfil dessa prática reflete na aprendizagem do aluno. P2 entende que a atuação docente interfere na responsabilidade e integridade do professor. P3 relata falta de profissionalismo na atuação docente. P4 compreende que a atuação do professor guarda relação ao caráter do professor e sua compreensão da profissão. P5 conclui que a atuação docente é associada ao compromisso social. P7 avalia que a atuação do professor interfere em sua capacidade de ser racional em momentos difíceis. P8 deduz que a atuação docente é referente a competência que envolve a relação entre pessoas. P9 afirma que essa atuação envolve a vestimenta do professor e a sua forma de expressão. Por fim, P10 identifica a atuação do professor em sua escola como um trabalho individual, sem parceria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as análises realizadas, a pesquisa desenvolvida nesta dissertação evidencia que os participantes apresentam alto grau de incerteza quanto ao tema investigado – moral e ética nas escolas. Com isso, existe a necessidade de discussão a respeito de uma educação crítica e transformadora, preocupada com a relação docente-educando. Nessa premissa, o ato educativo envolve conhecimento ético e desenvolvimento da aprendizagem, para uma vivência ética no ambiente escolar.

Entretanto, a abordagem da ética envolve o comportamento humano, ligado a valores e crenças culturais. Através da vivência e de bons exemplos, esses elementos que se integram à ética podem ser modificados e fortalecidos, conforme o esclarecimento social.

Com base nos dados desta pesquisa, ganhou evidência a necessidade de formação continuada. Essa oferta formativa se sustenta no repasse ao docente do conhecimento da ética, de como pode ser inserida nos componentes curriculares e rotina escolar, assim como as estratégias para êxito nessa prática.

O professor representa um agente de transformação responsável pela aprendizagem e orientação do comportamento do aluno. Logo, a ação docente representa uma influência que pode ser tanto positiva como negativa para o desenvolvimento das habilidades esperadas a cada grau de escolaridade.

Dessa forma, os resultados desta dissertação sugerem que poucos professores conhecem a diferença entre ética e moral: a maioria dos participantes confunde os termos entre si, ou só responde o que é moral sem inserir o conceito de ética. Poucos docentes compreendem o sentido da ética na prática docente: na atuação do professor, as respostas foram voltadas para a preocupação com a aprendizagem do aluno. Um participante incluiu o pensamento sobre a vestimenta e o modo de falar do professor, e sua postura em sala de aula diante dos alunos.

Portanto, a expectativa é de que futuras pesquisas tragam novas contribuições para a formação inicial e formações continuadas dos professores.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, D. Values and Ethics. In: ROYSE, D. **Teaching tips for College and University Instructors**. A practical Guide. A Person Education Company: Needham Heights, MA, 2001, p 308-322.
- ARAÚJO, J. L.; BORBA, M. C. **Construindo pesquisas coletivamente em educação matemática**. In: BORBA, M. C.; ARAÚJO, J. L. (Org.) Pesquisa Qualitativa em Educação Matemática. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 25-43.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1973.
- ARISTÓTELES. **A política** – Volume 61. [s.n.]: Martin Claret, 2006. (Coleção a Obra-prima de cada autor).
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011
- BARRETO, Vicente de Paulo (coord.). **Dicionário de filosofia política**. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2010.
- BASTOS, M. J.. A Importância da ética na educação. **Revista Científica**, 2017. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/etica-na-educacao>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- BENEDETTI, I.; URT, S. da C. Escola, ética e cultura contemporânea: reflexões sobre a constituição do sujeito que “não aprende”. **Psicologia da Educação**, n. 27, p. 141-155, 2008.
- BITTAR, E. C. B. **Curso de ética jurídica: ética geral e profissional**. 13. Ed., São Paulo: Saraiva, 2016.
- BOFF, L. O nascimento de uma ética planetária, por Leonardo Boff. **Boletim Especial da Onu para o Direito à Moradia Adequada**, n. 7, *online*, 2011. Disponível em: <https://fauufpa.org/2011/02/16/o-nascimento-de-uma-etica-planetaria/>.
- BOTO, Carlota. Ética e educação clássica: virtude e felicidade no justo meio. **Educação & sociedade**, v. 22, p. 121-146, 2001.
- BRAGA, R. Qualidade de vida urbana e cidadania. **Território e cidadania**, v. 2, p. 1-2, 2002.
- BRANDÃO, C. R. **O que é educação** . São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos)
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

CAVALCANTI, Marilda C.; COHEN, Andrew D. Comentários em composições: Uma comparação dos pontos de vista do professor e do aluno. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 15, n. 1, p. 7-23, 2012.

CHAUI, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2003.

COOL, C. S. **Psicologia da Educação**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

CORTINA, A. O fazer ético: guia para a educação moral. São Paulo: Moderna, 2003.

COSTA, M. I. S.; IANNI, A. M. Z. O conceito de cidadania. In: COSTA, M. I. S.; IANNI, A. M. Z. **Individualização, cidadania e inclusão na sociedade contemporânea: uma análise teórica**. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2018. p. 43-73

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. Ed., Porto Alegre: Artmed, 2010.

DALLARI, D. A. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DEVRIES, R.; ZAN, B. **A ética na educação infantil: o ambiente sóciomoral na escola**. Porto Alegre: Artes Médicas 1998.

DROIT, R-P. **Ética: uma primeira conversa**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

DURKHEIM, E. **Educação e Sociologia**. Tradução de Stephania Matousek. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. (Coleção Textos Fundantes de Educação)

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. 5. Ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, P. **Política e educação: ensaios**. 5. Ed., São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 34. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, P. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2014.

FREITAG, B. A questão da moralidade: da razão prática de Kant à ética discursiva de Habermas. **Tempo social**, v. 1, n. 2, p. 7-44, 1989. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/ts.v1i2.84764>. Acesso: 15 de jan. 2021.

FREITAS, J. **O controle dos atos administrativos e os princípios fundamentais**. 4. Ed., São Paulo: Malheiros, 2009.

GARNICA, A. V. M. História Oral e educação Matemática. In: BORBA, M. C.; ARAÚJO, J. L. (Org.). **Pesquisa qualitativa em educação matemática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GUARINELLO, N. L. Cidades-estados na Antiguidade Clássica. In: PINSKY, J. C. B. (orgs.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 29- 48.

HABERMAS, Jürgen. **La ética del discurso y la cuestión de la verdad**. Barcelona: Paidós, 2003.

HAMIDO, Gracinda; UVA, Marta. Ética em educação: sentidos, razões e consequências. **Interacções**, v. 8, n. 21, p. 1-12, 2012.

HUSSERL, Edmund. A ideia da fenomenologia. Tradução de Artur Mourão Lisboa: Edições 70.

KANT, I. **Fundamentação da Metafísica os Costumes**. Lisboa: Edições 70, 2007.

KIDDER, R.M. **Como tomar decisões difíceis ou escolher na vida entre o certo e o certo**. São Paulo: Gente, 2007.

LOPES, M I. V. Pesquisa em Comunicação. **Formulação de um modelo metodológico**. 8. Ed., São Paulo: Loyola, 2005.

LUIZ, Lindomar Teixeira. A moral e a ética: considerações conceituais e implicações socioculturais. **Humanidades & Inovação**, v. 5, n. 11, p. 240-253, 2018.

MARCILIO, Roberta Bailoni. Educação e cidadania. **Revista de Educação**, v. 10, n. 10, p. 88-99, 2007.

MARCOS, B. **Ética e profissionais de saúde**. Sao Paulo: Santos, 1999.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARTINS, N. **O que os professores não podem perder de vista quando o assunto é ética?**

A ética na profissão do professor. 2017. Disponível em:

<https://br.blastingnews.com/sociedade-opinioao/2017/04/a-etica-na-profissao-do-professor-001611005.html>. Acesso em: 15 jul. 2021.

MENEZES P. **Tipos de ética**: Filosofia e Sociologia - Significados. 2021. Disponível em:

<https://www.significados.com.br/tipos-de-etica/>. Acesso em: 15 ago. 2021.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 10. Ed., São Paulo: Hucitec, 2007.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORETTO, V. P. Ética profissional. **2ª Jornada Catarinense de Tecnologia Educacional**. Tecnologia, Ética e Valores Humanos SINEPE/SC, nº 85, Florianópolis, setembro de 2000.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. Ed., São Paulo: Cortez, 2000.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, A. **PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais**: Tema Transversal Ética. Cursos CPT. 2021. Disponível em: <https://www.cpt.com.br/pcn/parametros-curriculares-nacionais-tema-transversal-etica>. Acesso em: 15 jul. 2021.

OLIVEIRA, D. O. **Considerações sobre o conceito de educação e a formação do sujeito crítico na contemporaneidade**. 2016. Disponível em:

https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/8919/7/Consideracoes_sobre_o_conceito_de_educacao_e_a_formacao_do_sujeito.pdf. Acesso em: 1 jan. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. OMS. **OMS afirma que covid-19 agora é caracterizada como pandemia**. Paho – OMS, mar. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-covid-19-pandemic>. Acesso em: 12 jan. 2022.

PASSOS, E. **Ética nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2006.

PÁTARO, C. S. O.; ARAÚJO, U. F.; ARANTES, V. A. **Ética e cidadania**: construindo valores na escola e na sociedade. Brasília: MEC/SEIF/SEMTEC/SEED/SEESP, 1997.

PEDRO, A.P. Ética, Moral, Axiologia e Valores: confusões e ambiguidades em torno de um conceito comum. **Kriterion**, n. 130, p. 483-498, 2014.

PENA, R. F. A. O que é cidadania?. **Brasil Escola**. 2022. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-cidadania.htm>. Acesso em 17 de jan. 2022.

PIAGET, J. **Cinco estudos de educação moral**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

PIMENTEL, D. **Relações e conflitos éticos na prática de médicos e enfermeiros**. Brasília: CFM, 2017.

PUIG, J. M. **Práticas Morales**. Barcelona: Paidós, 2003.

RAMPINELI, E. F. Ser ou estar professor? A construção da ética no contexto escolar. **Revista Linhas**, v. 2, n. 1, p. 1-8, 2007.

RECO, A. M. X. Educação: conceitos finalidades e modalidades. **Scientia cum Industri**, v. 6, n. 1, p. 38-47, 2018.

RENGEL, P.; GUAZZELL, C. T. **Reflexões sobre a ética na educação**. 2016. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Patricia-Rengel.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

RIBEIRO, M. Educação para a cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais. **Educação e Pesquisa**, v. 28, n. 2, p. 113-128, 2002.

RICCI, R. O perfil do educador para o século XXI: de boi de coffee a boi de cambão. **Educação & Sociedade**, v. 20, n. 66, p. 143-178, 1999.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, J. F. da; CARRARA, K. Formação ética para a cidadania: reorganizando contingências na interação professor-aluno. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 15, p. 221-230, 2011.

RODRIGUES, M. L.; LIMENA, M. M. C. **Metodologias multidimensionais em Ciências Humanas**. Brasília: Líber Livros Editora, 2006.

SAVIANI, D. J. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política!** Campinas, SP: Autores Associados, 1944. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; v.S)

SAVIANI, D. - **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. Ed., Campinas, SP: Autores Associados, 2011. (Coleção Educação Contemporânea)

SAVIANI, D. Ética, educação e cidadania. **Revista nº 15**, 2013. Disponível em: <http://portalgens.com.br/portal/images/stories/pdf/saviani.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2022.

SCHLÖSSER, A.; FONTOURA, L. V.; ROSA, G. F. C.; CUNHA, M. P. O que é educação, educador? A: a concepção de educação para professores e diretores de escolas da região do vale do itajaí-sc. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 10., 2011, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Educere, 2011. v. 1, p. 6531-6541. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2011/5625_3208.pdf. Acesso em: 1 jan. 2022.

SILVA, É. G. B. **Ética profissional**. Alegrete: Instituto Federal Farroupilhas, 2012.

SILVA, L. F.; PEREIRA, T. Educação e cidadania: reflexões sobre um debate contemporâneo. **Gavagai - Revista Interdisciplinar de Humanidades**, v. 3, n. 1, p. 13-27, 9 jun. 2016.

SILVA, P. F.; ISHII, I.; KRASILCHIK, M. Código de ética docente: um dilema. **Educação em Revista**, v. 36, p. 1-13, 2020.

SIQUEIRA, J. H. S. Ética e educação: uma parceria necessária na escola e nos currículos dos cursos de licenciatura. In: SIMKA, S.; MENEGHETTI, I. **Ética como substantivo concreto**. Rio de Janeiro: Wak, 2014. p. 113-128.

SKINNER, D.; TAGG, C.; HOLLOWAY, J. Managers and research: the pros and cons of qualitative approaches. **Management Learning**, v. 31, n. 2, p. 163-179, 2000.

TADÊUS, P. A.; CUNHA, N. A. F. Ética na Educação. **Revista Triângulo: Ensino e Pesquisa**, v. 2. n. 2, p. 139-152, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TRUJILLO, A. M. **A filosofia da educação através de núcleos temáticos**. 1.Ed., Curitiba, PR: Editora Bagai, 2022.

VALLS, Á. L. M. **O que é ética**. 7. Ed., São Paulo: Brasiliense, 1993.

VAZQUEZ, A. S. **Ética**. 24. Ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

VIEIRA, L. **Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração**. 2. ed., Rio de Janeiro: FGV, 2006.

VINHA, T. P. **O educador e moralidade infantil: uma visão construtivista**. São Paulo: Mercado de Letras Edições e Livraria Ltda., 2000.

APÊNDICE A – Projeto de Intervenção

Projeto de capacitação para formação continuada de professores do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental de Campo Grande – MS.

Resumo: Este projeto tem por finalidade contribuir com a formação continuada de professores da Rede Municipal de Ensino de Campo Grande MS. O objetivo do projeto é inserir os docentes numa proposta de discussão sobre ética na prática docente no 4º e 5º anos do Ensino Fundamental Anos Iniciais conhecimentos sobre ética e moral, na prática, bem como formas para trabalhar esse tema em sala de aula, conforme orientações da Base Nacional Comum Curricular. A primeira etapa será proporcionar o entendimento da diferença entre moral e ética e, em sequência, a reflexão a respeito da sua prática nas escolas. Portanto, os Parâmetros Curriculares Nacionais trazem nos temas transversais a ética com princípios que devem ser trabalhados no meio escolar, tais como respeito, justiça e solidariedade. A ética na formação do docente é um tema atual nas pesquisas e práticas da Educação de nosso país. Dessa forma, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, do ano de 1996, indica a oferta na educação superior da formação básica de professores, em complemento à Pedagogia para os graduados, e referencia a formação continuada docente como instrumento formativo de professores capazes de se renovar conforme o conhecimento explorado. Esta formação foi composta por quatro encontros de estudo e discussão sobre o tema ética e moral nas escolas, bem como estratégias aplicáveis ao ambiente escolar, a partir do cronograma de execução.

Palavras-chave: Ética. Formação docente. Rede Municipal de Ensino de Campo Grande-MS.

1 Introdução

O tema da ética remete a praticamente todos os outros temas tratados no ambiente escolar. Trata-se de uma abordagem que requer maior conhecimento docente para que seja feito o seu repasse, devido a necessidade de melhoria e mudanças na conduta e relação docente e estudante.

Para a compreensão de um estudo sobre a ética do docente, é necessário compreender primeiro o que é a ética. Na definição de Vazques (2003, p. 23), “[...] a ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. Ou seja, é ciência de uma forma específica de comportamento humano”. A moral, por sua vez, requer a menção das regras e uma reflexão sobre os princípios norteadores do comportamento humano.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), viver em sociedade demanda a superação de toda e qualquer forma de preconceito e discriminação. Assim, é papel da escola promover um ambiente propício ao respeito no meio social. Dessa maneira, cabe uma reflexão sobre a ética que abrange tanto as relações críticas entre os grupos, quanto a dimensão das ações pessoais (BRASIL, 2001).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n. 9394/1996, quanto a formação docente, transfere para a Educação Superior a formação de professores para a Educação Básica. Antes dessa lei, isso ocorria nos antigos cursos de magistério. Ainda, a LDB menciona os processos de formação inicial e continuada, além da possibilidade de complementação pedagógica para os graduandos em outras áreas que queiram se dedicar à Educação Básica. No artigo 61 da lei em tratativa, constam as diferentes habilitações e graduações para o exercício do magistério. Os demais artigos seguintes referentes ao tema descrevem a organização dos cursos que formarão os futuros docentes.

Nessa perspectiva, é importante garantir a prática da formação continuada entre os professores, pela necessidade de atualização do conhecimento, em especial pela renovação constante da tecnologia. As mudanças recorrentes nesse meio renovam as informações e trazem técnicas diferenciais para alcançar a todos os educandos.

Para Nóvoa (1992, p. 16), “[...] a maneira como cada um de nós ensina está diretamente dependente daquilo que somos como pessoa quando exercemos o ensino”. Diante dessa afirmação, o professor necessita estudar sempre, para renovar suas práticas e técnicas de aprendizagem conforme as mudanças da atualidade.

2 Justificativa

Este projeto de intervenção tem como objetivo alcançar os docentes em suas formações continuadas, principalmente os que atuam no 4º e 5º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais. A ética é um dos temas mais trabalhados no pensamento filosófico contemporâneo, e tem presença constante no cotidiano de cada pessoa (BRASIL, 1997).

O tema da ética durante o ensino fundamental deve ser trabalhado de maneira a possibilitar aos alunos:

- Compreender o conceito de justiça baseado na equidade e sensibilizar-se pela necessidade da construção de uma sociedade justa;
- Adotar atitudes de respeito pelas diferenças entre as pessoas, respeito esse necessário ao convívio numa sociedade democrática e pluralista;
- Adotar, no dia a dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças e discriminações;
- Compreender a vida escolar como participação no espaço público, utilizando e aplicando os conhecimentos adquiridos na construção de uma sociedade democrática e solidária;

- Valorizar e empregar o diálogo como forma de esclarecer conflitos e tomar decisões coletivas;
- Construir uma imagem positiva de si, o respeito próprio traduzido pela confiança em sua capacidade de escolher e realizar seu projeto de vida e pela legitimação das normas morais que garantam, a todos, essa realização;
- Assumir posições segundo seu próprio juízo de valor, considerando diferentes pontos de vista e aspectos de cada situação (BRASIL, 1997, p. 69).

Dessa maneira, os PCN manifestam os princípios de justiça, respeito mútuo e solidariedade, condutas humanas que são consideradas no ambiente escolar. A ética como tema transversal parte de princípios para que a escola construa a autonomia moral com experiências tiradas do convívio escolar.

3 Objetivo Geral

O objetivo deste projeto é proporcionar aos professores do 4º e 5º anos do Ensino Fundamental Anos Iniciais conhecimentos sobre ética e moral, na prática, bem como formas para trabalhar esse tema em sala de aula.

4 Metodologia

As Reflexões Pedagógicas oferecerão uma formação continuada aos docentes do 4º e 5º anos do Ensino Fundamental Anos Iniciais que atuam nas salas de aula do município de Campo Grande, MS. Com participação dos técnicos da GEFEM – Gerência do Ensino Fundamental e Ensino Médio - Semed, como ministrantes dessas formações que ocorrerá nas salas de aula das escolas do município, com debates com sugestões de atividades conforme ao tema, no total de quatro encontros baseados nos temas propostos no objetivo.

O primeiro encontro envolverá a escuta dos professores sobre o que entendem do tema ética; se conhecem a diferença entre a ética e moral (com a sequente apresentação dos conceitos tratados) e questionamento sobre quais suas dúvidas sobre o tema trabalhado.

O segundo encontro contará com a apresentação dos Temas Transversais – item 1, Ética, presente na BNCC. Na oportunidade, ocorrerá a exposição aos docentes sobre como este tema pode ser trabalhado em salas de aula do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais. Em outra oportunidade do mesmo encontro, os docentes

serão questionados sobre estudo prévio dos temas transversais e, com isso, dado andamento a perguntas e sugestões de atividades conforme a BNCC.

O terceiro encontro terá como tema o conceito de ética no ambiente escolar, a fim de investigar se os docentes vivem essa experiência no seu meio educacional. Dividirá a abordagem do encontro o questionamento docente e discussão das experiências, e os exemplos vivenciados em sala de aula.

No último encontro, o quarto (item 4), será definida a conduta ética do professor e a formação finalizada com as seguintes perguntas: quais as características de uma conduta ética? O que é conduta ética do docente dê exemplos? Após estes dois questionamento ocorrerá abertura para discussão entre os participantes.

5 Programação

Quadro 3 – Ações e respectivas cargas horárias.

REFLEXÕES PEDAGÓGICAS	Carga horária
Encontro 1: Título – Conceitos de “Ética e Moral”	4 horas
Encontro 2: Título – BNCC - Temas Transversais - Ética	4 horas
Encontro 3: Título – Ética no ambiente escolar	4 horas
Encontro 4: Título: - Conduta ética do professor	4 horas
TOTAL	16 horas

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

5.1 Cronograma de execução

Quadro 4 – Cronograma de ações

Ano:2022	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Ações												
Encontro 1: Título – Conceitos de “Ética e Moral”								X				
Encontro 2: Título – BNCC - Temas Transversais - Ética												
Encontro 3: Título – Ética no ambiente escolar												
Encontro 4: Título: - Conduta ética do professor												

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

6 Referências

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC): educação é a base**. Brasília, DF: Mec/ Consed/ Undime, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf . Acesso em: 3 julho. 2022.

NÓVOA, A. **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

VAZQUEZ, A. S. **Ética**. 24. Ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.